É FEMINICÍDIO, AMOR NÃO MATA:

RESTITUIÇÃO DE MEMÓRIA A PARTIR DO "CASO REGINA CÉLIA"

Queda da janela

Júri condena a dois

anos o acusado de

ma

O T
terói con
imprudê
corretor
Castro, le
acusação
jovem R
Moraes, e
de cinco a

A m
resultou c
caído do
do edifici
Amaral F
quando e
contravan
tamentos

A Po
em decor
processad
tem ao ve
denado.

Funci
vogado A
samente
para a de

Regina

AQUI, O FIM DOS SEGREDOS
QUE REGINA CÉLIA GUARDOU

Viviane Merlim Moraes

ARCO
EDITORES

É FEMINICÍDIO, AMOR NÃO MATA:

RESTITUIÇÃO DE MEMÓRIA A PARTIR DO "CASO REGINA CÉLIA"

Queda da janela

Júri condena a dois

anos o acusado de

ma

O T
terói con
imprudê
corretor
Castro, le
acusação
jovem R
Moraes, a
de cinco a

A m
resultou c
caído do
do edifici
Amaral F
quando e
contravan
tamentos

A Po
em decor
processad
tem ao ve
denado.

Funci
vogado A
samente
para a de

Regina

AQUI, O FIM DOS SEGREDOS
QUE REGINA CÉLIA GUARDOU

Viviane Merlim Moraes

ARCO
EDITORES ● ● ●

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote
Silva
UNIDAVI/SC
<http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán
UFCE- Colômbia
<http://lattes.cnpq.br/0048679279914457>

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/0003382878348789>

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de
Oliveira Brito
UAL - Lisboa- Portugal.
<http://lattes.cnpq.br/1347367542944960>

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller
Germani
UFFS- Passo Fundo/RS
<http://lattes.cnpq.br/7956662371295912>

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins
UFFS - Chapecó/SC
<http://lattes.cnpq.br/9818548065077031>

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa
UFN- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/2363988112549627>

Prof. Dr. Pedro Henrique Witches
UFES - Vitória/ES
<http://lattes.cnpq.br/3913436849859138>

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin
UFOB
<http://lattes.cnpq.br/3377502960363268>

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/5754140057757003>

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/1486004582806497>

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza
UNISC- Santa Cruz do Sul/RS
<http://lattes.cnpq.br/4407126331414>

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio
UFRGS - Porto Alegre/RS
<http://lattes.cnpq.br/7823646075456872>

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch
UFSM- Palmeira das Missões/RS
<http://lattes.cnpq.br/0639803965762459>

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos
UFU– Uberlândia/MG
<http://lattes.cnpq.br/4649031713685124>

Dr. Rafael Nogueira Furtado
UFJF- Juiz de Fora/MG
<http://lattes.cnpq.br/9761786872182217>

Profa. Dra. Angelita Zimmermann
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/7548796037921237>

Profa. Dra. Francielle Benini Agne
Tybusch
UFN - Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/4400702817251869>

Copyright © Arco Editora, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Arco Editora.

Diagramação e Projeto Gráfico : Gabriel Eldereti Machado

capa: Viviane Merlim Moraes

Revisão: dos/as autores/as.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moraes, Viviane Merlim

É feminicídio, amor não mata [livro eletrônico] :
restituição de memória a partir do "caso Regina
Célia" / Viviane Merlim Moraes. -- 1. ed. -- Santa
Maria, RS : Arco Editores, 2021.

PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-89949-48-0

1. Crimes contra mulheres 2. Crimes passionais
3. Feminicídio 4. Homicídios 5. Mulheres - Condições
sociais 6. Violência (Direito) 7. Violência contra
as mulheres - Legislação I. Título.

21-90822

CDU-343.611

Índices para catálogo sistemático:

1. Violência contra mulheres : Crimes passionais :
Direito penal 343.611

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

10.48209/978-65-89949-48-0

O padrão linguístico-gramatical, bem como o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma maneira, o conteúdo e teor de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

PREFÁCIO

A obra “É Feminicídio, Amor não mata: Restituição da Memória a partir do “Caso Regina Célia” traz a noção sobre as demarcações do que é ser mulher nessa sociedade a partir da morte de Regina Célia, tia paterna da autora Viviane Merlim Moraes. Em 27 de janeiro de 1975, Regina teve sua vida interrompida pelo feminicídio na cidade de Niterói. Nasci em 1991 neste mesmo município em que atuo como parlamentar. São 16 anos de diferença entre sua morte e meu nascimento, mas ainda hoje assisto esse machismo estrutural que nos silencia, nos lança de prédios e agride nossos corpos.

A partir do incômodo com a forma que a morte de sua tia foi noticiada nos jornais, Viviane apresenta diferentes formas de machismo e misoginia na imprensa brasileira. Na época, as manchetes se resumiam em diminuir a responsabilidade do assassino e culpar a vítima. Nenhum jornal usou a palavra assassinato. O mais importante era evidenciar a estética da vítima, o fato de se relacionar com homem casado e a figura de seu pai enquanto profissional. Assim, Regina Célia teve sua morte normalizada, além de ser desrespeitada após sua morte. Tanto é que quando a palavra “amante” é mais usada que a palavra “vítima” podemos perceber a naturalização de crimes de ódio baseado no gênero.

A obra abrange não só a continuidade desse machismo estrutural nos veículos de comunicação, como também relata sobre a desigualdade de gênero em diversas instâncias, seja na educação, no acesso ao sistema de saúde ou na política. Como parlamentar, entendo que os moldes da política são totalmente desiguais no que tange a forte presença de homens brancos cisheteronormativo nas casas legislativas. Sendo estes, descendentes dos colonizadores que escravizaram nossos ancestrais. Sabendo da violência que sofremos aqui, afirmo que quando o assunto é pessoas trans na política nós nos respaldamos umas às outras.

Em um país que a menos de 90 anos mulheres têm direito ao voto, imagine o que é eu, Benny Briolly, Erica Malunguinho, Lins Robalo, Linda Brasil, Erika Hilton, Marielle Franco e outras mulheres LGBTQs na política em um “Estado democrático de direito”. Sou

a primeira vereadora trans eleita no estado e a mulher mais votada na cidade de Niterói, mas precisei sair do país por conta de ameaças de morte que sofri desde a campanha. Por que o meu corpo ainda amedronta o modelo sistêmico que se constitui nos moldes escravocratas?

Esses processos de violência me cruzam com o caso de Regina Célia, não só porque legislo na mesma rua em que ela foi assassinada. Mas também porque esse sistema que diminui e naturaliza a gravidade de sua morte, busca me silenciar e me expulsar da cadeira que ocupo todos os dias. Me alegro em ter a memória de Regina registrada de forma justa e coerente com a realidade de muitas outras mulheres. Seguiremos na luta pela vida das nossas porque acredito que um dia será tudo nosso e nada deles! Boa leitura.

Niterói, 15 de dezembro de 2021

Benny Briolly

Vereadora de Niterói

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. A MISOGINIA E O MACHISMO COMO MANCHETE	17
1.1. Idas e vindas do “Caso Regina Célia”, ou a banalidade do mal.....	30
1.2. Sobre ser mulher, ou como lutar para sobreviver mesmo depois de morta.....	36
2. RESSIGNIFICANDO OS DISCURSOS SOBRE O FEMINICÍDIO.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

INTRODUÇÃO

Somos as netas de todas as bruxas que não puderam queimar¹.

O desejo de escrever esse ensaio nasceu da necessidade de melhor entender a minha condição de mulher na sociedade, a partir das demarcações identitárias, históricas, sociais e culturais que me constituem. Entendo que tal compreensão só é possível a partir de um duplo movimento: a revisita às minhas raízes e minha memória de linhagem, articuladas às discussões feministas produzidas ao longo do tempo, em diferentes espaços e movimentos. Por sua vez, estas se articulam às compreensões de gênero como produção social e cultural, tal como propunha Simone de Beauvoir (1970), buscando, para além da desnaturalização desta perspectiva, o entendimento da produção das desigualdades entre os gêneros, reconhecendo-os como um campo de relação de poder que busca perpetuar as identidades com base nos binarismos homem/mulher, masculino/feminino, como discute Judith Butler (2003) em consonância com os estudos foucaultianos.

Venho de uma família de mulheres fortes, que se construíram como protagonistas de suas histórias, mesmo diante de muitas adversidades, mas que pouco conseguiram romper com as amarras que as prendiam aos significados de ser mulher em nossa sociedade. É importante, portanto, recuperar as referências familiares de feminino e de masculino, sobre o que se constrói como ser homem e mulher, uma vez que estas também fomentam o espaço doméstico como espaço de discussão política, o que pode favorecer as mulheres no engajamento contra as desigualdades às quais historicamente foram e ainda são submetidas, bem como às diversas formas de violência.

Minha avó se separou de um marido com o qual esteve casada por aproximadamente trinta anos, por volta dos anos de 1960. Por brigarem muito, por não querer que a minha mãe estudasse – ela era a mais nova de seis filhos – e por todo o descomprometimento que

1 Frase amplamente difundida nos movimentos feministas, decorre da perseguição e assassinato sofridos pelas mulheres que não seguiam às regras prescritas pela Igreja Católica, no período da Inquisição. Para melhor entender esse contexto, indico a leitura de Calibã e a bruxa, de Silvia Federici (2017). Foi utilizada na música “Bandida”, de Rodrigo P.V. Antunes, amplamente divulgada entre a juventude por meio de Pablo Vittar e Pocah: “A neta das bruxas vocês não queimaram/ Hoje fazem magia com a raba pro alto/ Que manda no game e que fazem o que querem/ E não abaixa a cabeça pra macho [...]”.

tinha para com os demais. Como na maior parte dos lares até os dias atuais, minha avó ficou com cinco filhos já na juventude e, minha mãe, temporã, com 8 anos de idade. Na época, ela costurava para uma confecção de roupas masculinas, junto com sua filha mais velha. Ao se ver efetivamente sozinha, pegou dinheiro emprestado com um irmão para comprar roupas e revendê-las. Nunca recebeu pensão, acabando de sustentar todos sozinha, já que não permitia que contribuíssem com o orçamento doméstico. Ainda em vida acompanhou a morte trágica de seus quatro filhos, em momentos distintos. Restaram-lhe as filhas.

Minha única tia materna ao se casar passou a se dedicar aos cuidados com a casa e à administração de algumas casas de aluguel que mantinha com seu marido. Ela era minha madrinha, cresci ouvindo dela que não deveria me casar, pois “homem não serve para nada”. No entanto, apesar de amargurada, não se separava por ser profundamente religiosa e acreditar que o casamento deveria perdurar até “que a morte separe o casal”. E assim foi: viveu com seu marido até que ele morresse, e, sozinha, até sua morte.

Minha mãe, diferentemente dela e dos demais irmãos, estudou. Conta-me sempre que, certa feita, pediu dinheiro ao seu pai para comprar livros e ele lhe disse que se fosse para uma boneca lhe daria. Todavia, como era para material escolar, não o faria, pois mulheres não deveriam estudar. Começou a fazer unhas e dar aulas em casa, ainda na adolescência, a fim de ter seu próprio dinheiro. Contrariando sua história familiar, fez-se mulher e professora, depois pedagoga, casando-se com meu pai aos vinte e um anos. Sempre trabalhou fora de casa, construindo toda sua trajetória junto a dele, ficando meu irmão e eu aos cuidados de minha avó ao longo do dia. Tanto ela quanto eu, anos mais tarde, crescemos ouvindo de minha avó que mulheres devem trabalhar para não dependerem de homens, e que nunca permitíssemos que eles levantassem a mão para nos agredir fisicamente; que, em situações como essa, buscássemos qualquer meio para nos defendermos. O exemplo que delas trouxe é de que não há necessidade da mulher se culpar por desenvolver diferentes papéis em sua trajetória de vida. Fiz-me professora no curso normal por orientação de minha mãe, que dizia que mulheres devem trabalhar e que, como professora, homem algum me proibiria, já que o magistério é uma profissão predominantemente feminina. Mais à frente falarei do impacto destas concepções sobre minha formação.

Minha avó paterna criou quatro filhos, sendo meu pai o mais velho. Trabalhava em uma empresa de seguros, desligando-se após o casamento para se dedicar ao trabalho doméstico, pois, como afirma Silvia Federici (2019), apesar de fundamental para reprodução da mão de obra para a manutenção da sociedade capitalista, é profundamente desvalorizado, a ponto de não ser remunerado e ser classificado como atividade das mulheres, pois envolve características “femininas”, oriundas do “instinto materno” e do “amor à família”. Desta forma, caberia ao homem prover a família, sendo um “distintivo de respeitabilidade masculina, distinguindo as camadas mais altas da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2021, p. 158).

Meu pai, por volta dos oito anos de idade, após voltar da rua com seu pai, relatou à sua mãe que fora comer em uma confeitaria chique, com ele e uma mulher. Minha avó, indignada por passar por restrições financeiras junto aos filhos, foi tirar satisfações de seu marido. Por sua vez, meu avô, enraivecido pela delação infantil, enforcou meu pai, que foi defendido por sua mãe, minha avó. Naquele dia se deu a separação, posteriormente o desquite², e teve início a saga de todo sábado meu pai ir à nova casa do meu avô, que já compusera nova família, para mendigar o dinheiro da semana. Tal recurso se somava aos arrecadados com o papelão catado por meu pai para a comida dos demais irmãos, menores, dentre eles uma menina, com seis anos. Caso houvesse sobra, ele e sua mãe então comiam.

Mesmo minha infância tendo se desenvolvido nos anos de 1980, com a efervescência das discussões políticas e sexuais características desta década, tive uma criação bastante conservadora, em um movimento profundamente contraditório, diante das rupturas que as mulheres que me precederam já haviam promovido em seus modos de ser e estar no mundo: separaram-se, trabalharam fora, criaram filhos sozinhas. De toda forma, reproduziram lógicas estruturantes do senso comum, fruto de anos de socialização patriarcal, esse sistema social no qual o poder é exclusivo do homem, que dá origem à misoginia –

2 Somente em 1977, a partir da Emenda Constitucional (EC) nº 9/1977, regulamentada pela Lei nº 6.515/1977, que passou a existir o divórcio como possibilidade de dissolução da sociedade conjugal após 3 anos de separação. É muito recente a aprovação do divórcio sem a necessidade de comprovação de período prévio de separação (data de 2010, com a aprovação da EC nº 66/2010). Na ocasião do relato, apenas era permitido o “desquite”, entendido como a possibilidade de separação de corpos e bens dos cônjuges, sem quebra do vínculo matrimonial, que foi inserido com o Código Civil, Lei nº 3.071/1916.

compreendida como o sentimento de repulsa dirigido às mulheres – e ao machismo, que se constituem como expressões misóginas do orgulho masculino. Vale resgatar bell hooks (2017, p. 29) quando afirma que “[...] as mulheres são socializadas igual aos homens para acreditar no pensamento e nos valores sexistas. A única diferença é que os homens se beneficiam mais do sexismo do que as mulheres e, como consequência, são menos propensos a renunciar ao privilégio patriarcal”.

Cresci em meio a uma ideia corrente de que meninos podem isso e meninas, aquilo, sendo que este aquilo estava muito referenciado ao ambiente privado, ao espaço da minha casa. Nada de brincadeiras na rua quando criança, tampouco de conversas e namoros no portão, na adolescência. Namoros sempre acompanhados de perto, nada de sair sozinha com rapazes, pois eu poderia ficar mal falada. Sem roupas curtas, decotadas ou transparentes, nada de tatuagens. Casamento com virgindade, para não ameaçar a família com uma gravidez precoce, bem como tantos outros tabus com os quais não consegui romper naquela ocasião: fiz o curso normal, conforme indicado por minha mãe, casei-me aos dezoito anos, fui mãe pela primeira vez aos vinte e um e, depois, aos vinte e quatro. Estudei, trabalhei, fui construindo um entendimento de meu lugar no mundo, que me fez buscar novos rumos, como o divórcio, o aprofundamento dos estudos acadêmicos, o investimento na minha trajetória profissional, na minha independência e autonomia, sempre aliados às minhas práticas de maternagem³ – que buscam romper com as visões romantizadas das vivências da maternidade como natural, instintiva, divina e perfeita –, alinhando-se aos demais papéis que fui assumindo em minha estada no mundo. Muitos conflitos ainda brigam dentro de mim, apesar da mulher que hoje sou, dos estudos realizados, das escolhas feitas, dos lugares que abandonei, das dezenove tatuagens que contam minha história em minha pele e da tentativa de criar homens que se insurjam contra o patriarcado e abominem práticas misóginas e machistas.

Uma das histórias familiares que mais me fascinaram na passagem da infância para a adolescência foi o assassinato da minha tia Regina Célia. Eu não a conheci, mas a tinha com tanta proximidade, que parecia algo sobrenatural. Talvez fosse a presença de um

3 Andrea O'Really (2016) explicita bem este conceito, sob a ótica de um feminismo que se preocupa em destacar as experiências de mulheres-mães, denominado como feminismo matricêntrico. Voltaremos a ela mais à frente.

quadro na casa dos meus pais, que mostrava uma mulher de traços fortes e olhar distante, jovem e bonita. Ou, quem sabe, a memória da cena do assassino a empurrando pela janela de um prédio, que não vi, mas ficou em meus pensamentos de menina. Essa foi a irmã que meu pai ajudou a sustentar, após a separação de seus pais. Ela, por sua vez, saiu de casa aos dezoito anos, já trabalhando em uma firma de seguros – a mesma que trabalhara sua mãe, anos antes do casamento – e foi morar com meu avô, que à época era um jornalista conhecido no município de São Gonçalo/RJ, e proprietário de uma revista local de sucesso. Aquele mesmo homem que anos antes a abandonara junto à mãe e aos irmãos em uma situação bastante difícil. Um ano depois, foi morar com uma amiga na cidade de Niterói.

O assassinato não foi muito discutido pelos familiares, dado que havia um julgamento moral muito forte em torno dele, e, por conseguinte, em relação à conduta da minha tia. Crimes desta natureza são denominados de feminicídio desde 2015, após a publicação da Lei nº 13.104⁴, caracterizado pela justiça brasileira como “circunstância qualificadora do crime de homicídio”, praticado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, quando o crime envolve “violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

Já na adolescência, ao perguntar muito à minha mãe sobre o ocorrido – meu pai não gostava muito de falar sobre esse assunto e minha mãe era muito ligada à minha tia, que, inclusive, era madrinha do meu irmão, 6 anos mais velho que eu – fui apresentada a um caderno com os recortes de reportagens de jornais que acompanharam o caso, à época. Uma mistura de curiosidade e raiva me fizeram estabelecer os primeiros contatos com o feminismo, de forma tímida e infantil em um primeiro momento. Indignava-me ser mulher, ouvir tantas recomendações, sofrer privações, e, o que é pior, correr o risco de ser morta por um homem, pelo simples fato de ser mulher e querer terminar um relacionamento. Apesar dos direitos humanos já serem amplamente difundidos, ainda não era visível em meu cotidiano reflexões mais aprofundadas sobre os direitos das mulheres. Fato é que,

4 A Lei nº 13.104/2015 – que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos, encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 07.mai.2021.

apesar da Constituição de 1988⁵ garantir em seu artigo 5º a igualdade entre homens e mulheres, somente em 2006 foi produzida uma legislação⁶ que colocou a violência doméstica e familiar contra a mulher em evidência. É, portanto, urgente e necessária a continuidade e amplificação desta discussão em todos os meios, para além dos movimentos sociais e feministas, para que deixe definitivamente o espaço privativo do lar (onde sempre se escondeu) e tome as ruas, as escolas, as rodinhas de conversa das vizinhanças, pressionando sempre as instâncias formuladoras e implementadoras de políticas públicas, bem como o meio jurídico e a mídia, que muito contribui na formulação da opinião pública.

Revisitar esse feminicídio quarenta e seis anos depois assume o caráter de restituição da memória, uma forma de recontar um fato passado de acordo com os novos entendimentos que hoje se tem em relação a ele. Não conheci a minha tia, mas a vejo diariamente pelos noticiários, a cada notícia de um novo feminicídio; a reconheço toda vez que alguém julga o que uma mulher pode ou não fazer por ser mulher; com quem e com quantos pode ou não se relacionar afetivamente e sexualmente. Quarenta e dois anos é a idade que eu tenho hoje. Seu sangue corre em minhas veias, não somente por ser mulher como eu, mas por me preceder em minha própria existência, por viver antes de mim situações que certamente eu já vivi, mas que espero que as novas gerações não mais tornem a viver. Trata-se não apenas de restituir a história de uma mulher, para além dos limites que a sociedade patriarcal, misógina e machista delimitou contar sobre ela, à época da tragédia. Trata-se de restituir a dignidade de milhares de mulheres que, como ela, foram e ainda são diariamente assassinadas, física e moralmente, em nosso país. Trata-se de reconstituir minha própria história, de compreender meu próprio percurso a partir da minha linhagem, como mulher feminista que me tornei e que todo dia venho mais um pouco me tornando.

Se foi difícil meu entendimento do processo de tornar-me mulher – eu, nascida em 1979, na região metropolitana de um Rio de Janeiro, que vivia os momentos da anistia e abertura política, assim como da liberação sexual – imagine para ela, Regina Célia,

5 A Constituição da República Federativa do Brasil está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07.mai.2021.

6 Lei nº11.340/2006. Dispõe sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 07.mai.2021.

nascida neste mesmo lugar em 1954, brutalmente assassinada quatro anos antes de meu nascimento, em 27 de janeiro de 1975 – período marcado pelo autoritarismo ditatorial. Às 14h45 foi jogada do 14º andar do Edifício Central, na Avenida Amaral Peixoto, no Centro de Niterói, embora a manchete de jornal⁷ do dia seguinte àquele feminicídio enunciasse o crime da seguinte forma: “Moça despenca do 14º andar do Ed. Central”. Assim, baseio-me nos jornais da época para reconstituir a dinâmica dos fatos, para, em um segundo momento, delimitar as expressões e abordagens misóginas constantes nas notícias publicadas, desvelando as concepções vigentes à época e as narrativas que se fizeram em torno de sua morte. Vale uma advertência: todos os jornais citados fazem parte de meu arquivo pessoal, não sendo possível referenciá-los a partir de páginas eletrônicas, uma vez que no período abrangido por este estudo, tal ferramenta não se encontrava disponibilizada.

Não me cabe abordar se as linhas de investigação estavam corretas ou não, tampouco proceder uma análise sobre a competência dos jornais e jornalistas na maneira como retrataram o caso, uma vez que não tive acesso aos autos do processo, não sou formada em direito ou em jornalismo. Minha pretensão é uma análise do discurso produzido à época, com base nas compreensões atuais, com vistas à restituição da memória vilipendiada da minha tia, que representa neste texto as muitas mulheres que não puderam se defender, por estarem duplamente mortas: física e moralmente.

É importante resgatar o lugar ocupado pelas mulheres apresentadas em minha narrativa: suas formações foram perpassadas por uma concepção em que o gênero se define pelo sexo biológico, em uma perspectiva heterocisnormativa (BUTLER, 2003), ou seja, em que o padrão da sociedade é definido de acordo com o que se espera para os homens – características masculinas, ligadas ao sustento da família, à força, agressividade, ocupação dos espaços públicos – e para as mulheres – características femininas: doçura, subalternidade, pureza, instinto maternal, ocupação dos espaços privados. Como já afirmei anteriormente, muitas delas romperam com tais determinações, devido à necessidade de se colocarem como provedoras da família e por ocuparem os espaços públicos concomitantemente às funções do lar. Todavia, um traço se manteve semelhante entre elas: a formação de suas subjetividades e identidades em uma lógica em que seus comportamentos – so-

7 Jornal O Fluminense de 28 de janeiro de 1975, p.8, parte do arquivo pessoal da família da autora (O FLUMINENSE, 1975a, p. 8).

bretudo os que estavam diretamente ligados à sexualidade – não poderiam ser manchados, por exemplo, com a manutenção de relacionamentos com mais de um parceiro ao longo da vida (após separação, desquite ou viuvez) ou por relações extraconjugais. Percebi o peso desta formação quando muitas críticas se direcionaram a mim, devido ao divórcio, à forma como conduzo minha vida e aos relacionamentos que mantive posteriormente.

Desta forma, partindo do questionamento aos padrões impostos e buscando romper com a perspectiva de desvio – que comumente rotulou e rotula as formas de ser mulher que diferem das representações que formaram minha família – proponho uma análise das reportagens anteriormente citadas, por meio de uma desconstrução das narrativas que advém de uma concepção de feminilidade subalterna, questionando as relações de gênero em suas desigualdades. Entendo que tais representações acabaram por prejudicar de diferentes formas a autonomia das mulheres de minha família, bem como os desfechos de cada uma de suas histórias individuais, e, ao mesmo tempo, claramente coletivas, cujo feminicídio de minha tia foi a mais cruel representação. É importante reafirmar que muitas se afastaram do espaço privado como único meio em que podiam transitar e de se fazerem mulheres-mães. Neste sentido, a ideia de memória de linhagem se faz presente, tal como apresentada por Lemes (2018, p. 138) em sua dissertação, na qual analisou diferentes matrizes de gênero e práticas de maternagem entre suas entrevistadas, que se inspiravam na trajetória de lideranças familiares que fortaleceram as mulheres que se tornaram, no que se refere às suas próprias escolhas, à criação familiar, à independência profissional e, conseqüentemente, financeira. Neste sentido, concluiu que “o diagrama de poder construído nas relações de gênero é estabelecido culturalmente, em grande parte, por meio das referenciais familiares”.

Tais perspectivas convergem com as de Terrail (2009, p. 242), quando o autor afirma que a construção da identidade a partir do legado familiar se processa por meio de valores e costumes que se perpetuam em relações intergeracionais, que atravessam diferentes espaços e momentos históricos. A herança do sujeito é marcada “pela ambivalência e a pluralidade das disposições adquiridas, que encontrarão ou não como se realizar na confrontação do herdeiro com as condições sempre renovadas de sua ação biográfica”.

Diante o exposto, narrativa, opinião, memória e linhagem são conceitos fundamentais para minha orientação neste percurso, que vai trazer feridas à tona, mas que, contraditoriamente, pode auxiliar no seu processo de cicatrização. Uma vez que a assimilação da herança familiar ocorre nas conexões estabelecidas pela memória humana, mesmo sendo eminentemente individual, não é restrita à pessoa, dado que se encontra imbricada aos grupos sociais com os quais interagimos desde o nascimento (HALBWACHS, 1990). Ao revisitar essas memórias, proponho sua releitura, entendida como a possibilidade de repensar aquelas vivências, atribuindo-lhes novos significados. Assim, tal releitura tem referências na história pública, com o objetivo de reparação, ou seja, como forma de restituir à vítima a sua condição como tal, contribuindo para a formação de um novo entendimento coletivo e, portanto, de novas subjetividades.

Trata-se, por fim, de combater a perspectiva ainda hoje hegemônica de que se uma mulher sofre qualquer tipo de violência, entre elas a mais grave – o feminicídio – é porque, de certa forma foi culpada: pela roupa que usava, pelo horário em que estava na rua, pelos relacionamentos que mantinha. Encontro em Coimbra (2008, p. 26) a certeza de que

[...] por mais perigoso, delicado e doloroso que seja o ato de publicizar as violações sofridas, ele é o início fundamental de uma caminhada para que possamos com estas marcas, muitas vezes invisíveis, viver de outra forma os terríveis efeitos produzidos em nós por essas práticas. O falar, o tornar público, retiram-nos do território do segredo, da clandestinidade, do privado. Com isso, saímos do lugar de vítima fragilizada, despotencializada e ocupamos o da resistência, da luta, daquele que passa a perceber que seu caso não é um acontecimento isolado; ele se contextualiza, faz parte de outros e sua publicização, esclarecimento e responsabilização abrem caminho e fortalecem novas falas, novas publicizações, novas memórias, novas afirmações de vida. A dimensão coletiva desse caminho se afirma e, com isso, temos a possibilidade de começar a mostrar que tal quadro – onde as publicizações quase nunca acontecem – pode ser mudado, pode ser revertido e que outras memórias, outras vidas podem ser afirmadas, que outros testemunhos podem se fazer presentes.

1. A MISOGINIA E O MACHISMO COMO MANCHETE

Triste, louca ou má/ Será qualificada/ Ela quem recusar /Seguir receita tal/ A receita cultural/ Do marido, da família/ Cuida, cuida da rotina/ Só mesmo, rejeita/ Bem conhecida receita/ Quem não sem dores/ Aceita que tudo deve mudar[...]”⁸

A opção pela retomada do discurso jornalístico apresentado à época do feminicídio de minha tia, deve-se a tentativa de compreensão dos recursos utilizados pela imprensa para descrever o crime, as possíveis motivações, bem como os desdobramentos de sua investigação. Entendo que a linguagem tem um papel central para a produção de diferentes formas de subjetivação, atuando não somente como forma de representação do mundo real, mas que, a partir de interpretações distintas – coletivas e singulares – e de efeitos de sentido, produz formas de nele intervir. Concorro, pois, com Rocha (2006, p. 362-363) quando, ao analisar uma entrevista específica concedida a um jornal sobre um fato histórico, concluiu que

Não há como não perceber o projeto de reconstruir um evento da atualidade, isto é, de re-apresentar aos interlocutores da entrevista uma determinada configuração, uma forma que dê conta do modo como se entende / entendeu o ocorrido [...] O texto-entrevista é bastante revelador de tal “poder de intervenção” do lugar ocupado pelas práticas de linguagem na produção de uma dada configuração de real.

Parto da hipótese de que as manchetes dos jornais tendem a minimizar a culpa do assassino e a crueldade do crime cometido, por meio de estratégias discursivas que amenizam o enunciado com palavras ou termos mais suaves, romantizados, ou mesmo pela culpabilização da vítima. Essa hipótese se pauta nas notícias de hoje, 2021, quando já há um esclarecimento maior da população quanto às especificidades que distinguem crimes de feminicídio de homicídios comuns. Cabe, pois, resgatar algumas situações em que tal observação se evidencia:

Adolescente de 15 anos é *morta* em Ananindeua; suspeita é de estupro coletivo (LAURA, 2021);

Jovem de 18 anos foi esquartejada por *se recusar a fazer sexo com um traficante e outras seis pessoas* (A.CRÍTICA.COM, 2021);

8 Trecho da música “Triste, louca ou má”. Francisco, el Hombre. Compositores: Juliana Strassacapa / Sebastián Piracés-Ugarte / Andrei Martinez Kozyreff / Mateo Piracés-Ugarte / Rafael Gomes.

O chocante caso de *abuso e morte* de jovem de 16 anos que causa indignação na Argentina (PARDO, 2016);

Em cama ensanguentada, mulher é *encontrada morta*⁹ com golpes de facadas (OLIVEIRA, 2021).

Em nenhuma das manchetes acima apresentadas o termo “feminicídio” aparece. Parece que a morte acontece naturalmente, sem que existisse um ou mais sujeitos que a provocaram. Dá-se mais importância à morte da mulher do que ao ato de ódio ao qual foi submetida – o estupro, o esfaqueamento, o empalamento – que foram intencionalmente causados por homens pelo fato das vítimas serem mulheres.

Cabe considerar a advertência de Lucca (2008, p. 139-140), ao abordar a análise de textos jornalísticos em pesquisas históricas, dado que

A discussão em torno do estatuto do que se publica na imprensa periódica já foi — e continua sendo — objeto de acirradas polêmicas. Há objetividade e neutralidade? É possível distinguir notícia e interpretação? [...] o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram a decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias [...] o assunto retorna à baila ou foi abandonado logo no dia seguinte? Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos.

Diante o exposto, farei uma breve contextualização destes jornais que ainda hoje circulam em formato impresso e digital. Caldeira e Venegas (2013, p. 5-6) afirmam que nos anos de 1970, a imprensa do estado do Rio de Janeiro era composta prioritariamente por três grandes jornais: *O Globo*, *O Dia* e o *Jornal do Brasil*. Porém, muitos anos antes,

9 Destaques feitos pela autora.

aproximadamente 60 publicações circularam por Niterói até 1892, inclusive o próprio *O Fluminense*. Fundado em 1878, circulou simultaneamente nas cidades de Niterói e do Rio de Janeiro. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV, 2021) destaca que, embora em seu primeiro editorial o jornal tenha informado que não seria influenciado por questões partidárias, retoma as vinculações político-partidárias expressas em suas matérias, que se afirmaram como conservadoras e, portanto, oscilaram ao longo do tempo de acordo com os regimes e governos vigentes. Como exemplo, ressaltou o apoio ao Estado Novo de Vargas (1937), à ditadura civil-militar (1964) e as ressalvas quanto à concessão de anistia aos crimes políticos (1979) e ao processo de abertura política. No início do século XXI, o jornal circulava por todo o estado do Rio de Janeiro e, em 2005, passou a ser acessado digitalmente, com informações em tempo real.

No início dos anos 1970, havia edições locais, sucursais de jornais como *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *O Globo* e *O Dia* em Niterói, que foram deixando de existir com a extinção do Estado da Guanabara, em 1975, mesmo ano do feminicídio de minha tia. Desta forma, embora estes veículos de informação também tenham noticiado o crime, foi o jornal *O Fluminense* o responsável pela maior parte das publicações, seguido do periódico *A Tribuna*, sendo este último fundado em 26/11/1936.

De posse destes primeiros esclarecimentos, passo a analisar as principais manchetes que circularam por mais de um ano em Niterói. Retomo o conceito de opinião no discurso jornalístico, entendendo-a como

[...] representações do presente que, apesar das aparências, não exprimem unicamente a relação dos atores sociais [...] traduzem as reações cambiantes do sentimento coletivo diante das interrogações ou dos acontecimentos do presente, mas também diante de questões atemporais reformuladas ao presente (LABORIE, 2009, p. 81).

No caso da proposta desse ensaio, o que acima é considerado como *presente*, hoje se constitui em *passado*, que retomamos nos dias atuais, a partir dos novos conhecimentos teóricos conjugando ao conceito de memória, para reconstruir as representações desse passado, restituindo a verdade dos fatos como um dever às vítimas de feminicídio em nosso país, entre elas, minha tia.

A capa do jornal *O Fluminense* (1975a) apresentou a seguinte manchete no dia seguinte ao seu assassinato: “Mulher foi jogada do 1403”. Na descrição desta aparece o endereço, o nome do prédio e a área de atuação do escritório “onde a polícia diz que a loura foi lançada para a morte”. A ideia de ser lançada busca amenizar a perspectiva de assassinato, e a identificação de um atributo físico, o fato de ser loura, dialoga com a descrição da matéria, sob o título “Moça despenca do 14º andar do Ed. Central. Uma bela jovem de 20 anos morreu na tarde de ontem, ao despencar da sala 1403” (IDEM, p. 8). O fato de ser loura, bela e jovem aparecem com significativo destaque sobre o próprio crime, descrito como *jogada*, *lançada*, *morreu*, nunca como assassinato. Mais à frente, no texto da reportagem, o horário em que ela *caiu* da janela, “estatalando-se na área externa” (O FLUMINENSE, 1975a, p. 8) do 14º andar foi informado e a legenda da foto informa que “Os bombeiros recolheram o corpo de Regina Célia horas após a *queda*” (IDEM). Utilizo uma perspectiva discursiva para pensar a centralidade da palavra como fenômeno ideológico a partir de Bakhtin (2014). Destaco um trecho em que o autor ratifica tal fenômeno ao afirmar que:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 1997, p. 280).

A argumentação produzida nos trechos destacados alvitra a importância do discurso da mídia jornalística na socialização do conhecimento, uma vez que veicula a notícia diariamente ao público, acabando por reforçar opiniões para além da mera transmissão de informações (SANT’ANNA, 2000). Desta forma, perspectivas misóginas e machistas acabam por ser naturalizadas, sob o disfarce da neutralidade e imparcialidade conferidos comumente ao jornal, amenizando a gravidade do crime cometido por meio do uso da voz passiva, que tem, como efeito, o apagamento do sujeito – o assassino – da notícia, colo-

cando a ação sofrida pela vítima em evidência, como se tal responsabilidade a ela pertencesse, sem que seja apresentado o agente de tal ato.

Concordo com Giorgi, Almeida e Paiva (2018, p. 621) quando, em estudo sobre a representação do negro na mídia, afirmam que tal movimento jornalístico tende a reafirmar “[...] seu posicionamento político alinhado a discursos hegemônicos, assumindo, assim, o lado do grupo dominante, enunciador desses discursos”. Assim, mais do que enfatizar as possíveis causas do crime e o fato do assassino não ter sido localizado, o discurso evidenciado expõe uma forma de julgamento moral sobre o relacionamento amoroso da vítima, como se pode observar no trecho seguinte:

Segundo apurou o Delegado S.F., da 1ª DD, Regina Célia brigou com a família por causa de suas ligações com J. e saiu de casa por este motivo, indo morar na [endereço] em companhia de uma amiga. Durante a semana ela costumava passar na agência à hora do almoço e aos sábados costumava se avistar com J., que é casado e tem três filhos [...] uma forte discussão havido entre eles no sábado passado aumenta as suspeitas de homicídio, de acordo com os policiais (O FLUMINENSE, 1975a, p. 8).

Neste mesmo dia, a manchete d’*A Tribuna* (1975a) trazia a seguinte questão: “1-Pulou ou foi jogada do prédio”. A descrição do crime foi feita da seguinte maneira, logo abaixo do título:

Loura e bonita a moça não tinha motivos para suicidar-se – Filha de conhecido jornalista fluminense – Havia brigado com a família – Mantinha romance com homem casado – Corpo caiu do 14º andar do escritório do amante – Ele está sumido e sua bolsa com fotos de ambos também – Hoje depoimentos esclarecerão.

Logo na apresentação da manchete já foram abordados os atributos físicos de minha tia, antes mesmo de qualquer outra caracterização; a profissão de seu pai; e o fato de se relacionar com um homem casado, como se tais fatos tornassem o assassinato de uma mulher mais ou menos relevante. Já a matéria traz os dados pertinentes à delegacia responsável pela investigação do crime, o conteúdo do relato prestado pela primeira testemunha ouvida – a amiga que dividia a casa com minha tia – e do entendimento da polícia, até então. Parte de suas declarações foram transcritas pelo periódico da forma seguinte: “Regina não tinha problemas e era amante do proprietário da sala 1403, onde funcionava uma

agência de empregos. Ele – J., é casado, e reside em Petrópolis”; “Regina trabalhava numa companhia de Seguros, onde ocupava um cargo de confiança”; “Não tinha motivos para suicidar-se e embora estivesse brigada com a família, estava em paz consigo mesmo”. No que se refere ao crime, suspeitava-se de assassinato por haver marcas de sangue, o aparelho de ar-condicionado estar ligado e existir sinais evidentes de que a vítima não estava sozinha. Aparecem ainda no texto frases com julgamento moral explícito, como “Moça pacata, conhecera J. e por ele se apaixonara. Seduzida pelo agenciador de empregos, passou a manter encontros fortuitos com ele”. A palavra “amante” é repetida três vezes. Nem o bilhete encontrado pela polícia, escrito por J. à sua secretária, é tão evidenciado como prova de que estava no local do crime naquele mesmo dia.

No dia 29/01/1975, *O Fluminense* (1975b) publica nova reportagem de capa, intitulada “Regina morre por amor. J. fugiu”. Naquele momento esse crime era categorizado no artigo 121 do Código Penal Brasileiro (Decreto Lei nº 2.848/1940) como homicídio passionai – quando alguém, impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, mata outra pessoa – uma justificativa muito utilizada para atenuar a pena de assassinos de mulheres. Assim, ciúme, paixão e traição são considerados elementos que poderiam motivar os crimes passionais, que, alimentados pela lógica e cultura patriarcais, acabam por naturalizar a ideia de que a mulher é objeto do homem, portanto, sua propriedade:

O crime passionai costuma ser uma reação daquele que se sente dono da vítima e é motivado por intensa emoção, nos criminosos passionais a rejeição leva ao ódio, gerando a violência, que por vezes, termina com a morte trágica de seu/sua companheiro (a). O suposto amor que se transforma em morte causa comoção na sociedade e muita repercussão na mídia. Crimes como estes, nos levam a refletir sobre a real motivação destes atos. Relembrando que a cada dez casos de crimes passionais, sete são protagonizados por homens e que na maioria desses crimes há um componente econômico, pois, a mulher que é independente tende a ser menos vulnerável por uma questão de autoestima (SANTOS e LEITE, 2017).

Como mencionado anteriormente, somente em 2015 que a lei do feminicídio (Lei nº 13.104/2015) alterou o referido Código Penal, incluindo o homicídio de mulheres como homicídio qualificado, colocando-o entre os crimes hediondos, alterando também

o artigo 1º da Lei nº 8.072/1990¹⁰. Cabe ainda ressaltar que, apenas neste ano, no dia 15 de março, que a tese de legítima defesa da honra foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF, 2021). Apesar disso, ainda hoje temos a apresentação de feminicídios justificados pela mídia como “Amor platônico: homem mata filha, enteada e esposa e tenta se matar” (RECORD, 2021).

Ainda sobre a matéria do dia 29/01/1975, uma página inteira foi dedicada aos detalhes descobertos pelo delegado que conduzia a investigação, com base em depoimentos e documentos encontrados – uma carta e laudos cadavérico e pericial. Sobre a carta, diz-se que minha tia a havia enviado ao programa de Haroldo de Andrade¹¹, como pedido de ajuda para sair de uma situação amorosa e que esta fora lida ao vivo, uma semana antes do crime. Na ocasião, o delegado admitia a hipótese de homicídio “como desfecho de uma história de amor” (O FLUMINENSE, 1975b, p. 8). Desta forma, J. teria descoberto que ela iria abandoná-lo por estar envolvida com outra pessoa. Neste mesmo dia, *O Jornal do Brasil* também publicou uma nota, contando a linha principal da investigação, a profissão do pai da vítima, bem como detalhes dos seus relacionamentos afetivos.

No dia seguinte, *O Fluminense* identificou visualmente o “Caso Regina Célia”, que passou a ocupar espaço diário em suas páginas nas semanas seguintes.

FONTE: O FLUMINENSE, 1975c (Arquivo da autora).

10 A Lei nº 8.072/1990 dispõe sobre crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18072.htm> Acesso em: 03.jun.2021.

11 Foi um dos grandes nomes do rádio brasileiro; o ponto alto do seu programa era a mesa de debates, com nomes importantes de diversos campos debatendo o noticiário da época. Acredito que a referida carta tenha sido lida nesta mesa.

No dia em que essa notícia estampa a capa do jornal, o texto da página 8 – interessante que as notícias do caso estão sempre nesta página, acredito que deveria ser a página dedicada aos assuntos policiais – o título da matéria trouxe o seguinte enunciado: “Diário aponta amores da morta Regina Célia”. Cabe ressaltar que o primeiro e segundo parágrafos do texto transcrevem anotações por ela feitas, minutos antes de ser assassinada, mas o que ganhou relevo na descrição dos fatos foram os romances por ela mantidos:

A última anotação de Regina Célia foi feita minutos antes de morrer, na hora do almoço. ‘No dia 27 eu fui trabalhar, embora desanimada e muito abatida’. O diário da jovem foi descoberto ontem pelo delegado L.C.S., trancado na gaveta que ela usava na firma I.C.S. [...] Regina Célia anotou todos os seus encontros com o empresário J.P.L – sempre em seu horário de almoço – e os encontros proibidos, em dias alternados com o segundo amante, G.M.C. (O FLUMINENSE, 1975c, p. 8).

Somente no terceiro parágrafo foram explicitados alguns detalhes cotejados a partir da leitura de seu diário e os depoimentos já tomados, bem como um fato até então desconhecido: a existência de um prédio em obras em frente ao edifício no qual ela subiu com suas próprias pernas e desceu morta, vítima de um assassino. Assim, o delegado acreditava que algum operário poderia ter visto uma briga ou outro fato que viesse a comprovar sua hipótese: homicídio passional. Outro fato chamou a atenção: a obra descrita na matéria hoje dá espaço a um shopping center e edifício comercial, em uma das ruas mais movimentadas da cidade de Niterói. Ou seja, trata-se de uma das principais ruas da cidade.

No dia seguinte, novamente o jornal trouxe mais notícias do “Caso Regina Célia” na página 8, com a foto dos bombeiros recolhendo seu corpo na capa. No texto, segundo o delegado responsável pela investigação, L.C.S., já havia solicitado a prisão preventiva do assassino ao delegado da cidade de Petrópolis, onde residia com sua família, não tendo ele sido localizado até então. O texto também descreveu alguns aspectos técnicos trazidos pelo perito do laboratório de exames periciais que esteve com o delegado à sala 1403 e procurou compreender o percurso do corpo para expedir o laudo. Informou ainda que um advogado com escritório neste mesmo prédio, no 4º andar “disse ter visto, da janela, quando Regina Célia ‘passou como um saco com peso sem soltar grito’”. Sem detalhar esse relato, passou, no parágrafo seguinte, a falar sobre a vida amorosa da minha tia: “Regina

Célia rompera o noivado com um funcionário do Banco do Estado da Guanabara, que se chama J., para manter o seu romance com J.P.L., que tem 45 anos e nutria um ciúme doentio pela jovem”.

Segundo relato de minha mãe, com a qual conversei sobre o caso em minha residência após começar esse estudo¹², ela nunca havia sido noiva. Contou que ela namorara um bancário, mas foi apenas um namoro. Disse-me que minha tia não falava com ela sobre seu romance, mas era muito alegre e, que, inclusive, na véspera de seu assassinato esteve em sua casa, brincou muito com meu irmão, e estava animada com a proximidade do carnaval. Minha mãe estava fazendo a sua fantasia, que ela provou antes de ir embora. Falou, por fim, que era impossível ela se suicidar, pois amava o carnaval, e se soubesse da história do romance, do término ou que ela iria ao edifício central no dia seguinte, a teria acompanhado. A sororidade “ingênua” de minha mãe para com sua cunhada ficou evidente nesta passagem, causando-me profunda emoção.

Ao retomar a perspectiva discursiva dos textos acima apresentados, percebe-se que acabam elaborando uma narrativa que justifica as razões para o crime: ela, uma mulher de 20 anos, em 1975, já tivera 3 amores: um noivo que foi abandonado para que ela ficasse com um homem rico, casado, 25 anos mais velho, o qual traía com outro homem, seu “segundo amante”, que encontrava em dias alternados. Tudo isso registrado em um diário. Como os jornais da época apresentaram minha tia aos leitores? Como ela foi vista pela opinião pública de 1975? Como seria considerada em 2021 pela mesma sociedade, que, destarte os avanços que conseguimos ter, continua hipócrita, machista, misógina? Chico Buarque descreve bem essa marca da nossa cultura em *Geni e o Zepelim*, de 1979: “Joga pedra na Geni/ Joga pedra na Geni/ Ela é feita pra apanhar/ Ela é boa de cuspir/ Ela dá pra qualquer um/ Maldita Geni”. É também interessante problematizar a constituição histórica da família, sobretudo a partir da reestruturação do capitalismo, ao final do século XIX, no qual se formaliza uma clara separação entre a *mulher direita* e a *vagabunda*, ou

12 Esta conversa ocorreu em minha residência no dia 22 de maio de 2021, com a presença de meu pai e minha mãe. Na ocasião eu já havia realizado a leitura de todas as reportagens e buscava esclarecer alguns pontos, nos quais eu tinha dúvidas. Tais narrativas foram fundamentais para compreender a perspectiva dos principais sujeitos apresentados nas matérias jornalísticas, bem como as questões que não apareceram nos textos da época.

seja, a mulher que deve permanecer em casa e aquela que não aceita como único destino o casamento e o trabalho reprodutivo, tal como ressalta Federici (2021, p. 169) no trecho seguinte:

Pela separação entre donas de casa e moças das fábricas e, mais importante, entre donas de casa e prostitutas, uma nova divisão sexual do trabalho foi criada, distinguível pela separação dos lugares nos quais as mulheres trabalhavam e pelas relações sociais subjacentes a suas tarefas. O respeito se tornou uma compensação pelo trabalho não remunerado e pela dependência em relação aos homens. Esse foi o ‘acordo’ que, de muitas maneiras, durou até os anos 1960/1970, quando uma nova geração de mulheres começou a recusá-lo.

Assim, como tudo é transformado em mercadoria na lógica capitalista, o respeito passa a ser o produto da submissão da mulher aos interesses dos homens. A mulher insubordinada, independente, solteira – que é descrita por seus atributos físicos como bonita, jovem, loira – passa a ser vista pela opinião pública como vadia, dado que tal adjetivo subjaz no discurso elaborado. Mais adiante, no mesmo texto do jornal, ao informar as próximas testemunhas que seriam ouvidas, novamente tal julgamento foi explicitado, ao informar que “o investigador de polícia J.C.M., lotado em Macaé, *amante* de M.M.T., que morava em companhia de Regina Célia há nove meses” estava no rol dos próximos depoimentos a serem tomados.

Em nenhum momento a narrativa põe em *dúvida a moral dos homens*. O assassino *apareceu como empresário, acadêmico*, sempre denotando o lugar social que ocupava, bem como sua respeitabilidade por ser casado, pai de 3 filhos e bem-sucedido financeiramente. O outro, amante da M.M.T., amiga da minha tia, também casado, foi descrito como *investigador da polícia civil*. Nas próximas reportagens, apresentam-se notícias de que minha tia mantinha um relacionamento com J.P.L. por três ou quatro anos, o que me leva a crer que ela tinha 16 ou 17 anos de idade e que o assassino, 25 anos mais velho, tinha entre 41 e 42 anos. Ela, portanto, o seduziu? Foram elas, solteiras, que estavam erradas, não eles, que eram casados? Elas que destruíram lares e famílias? Eles foram as vítimas delas?

Lembro-me de uma leitura recente que realizei do livro “O consentimento”, no qual Vanessa Springora (2021), escritora francesa, expôs sua história de vida, a partir do abuso

sofrido em sua adolescência, quando acabou por se envolver afetiva e sexualmente com um escritor de renome em seu país. Ela, com 14 anos, e ele, com 50. Sua narrativa trouxe as marcas psicológicas de tal relacionamento, naturalizado pela sociedade francesa, sobretudo pelo fato de o escritor/abusador ser extremamente famoso e respeitado. Coube a ela o lugar de *jovem precoce*, mais uma *aventura* daquele homem encantador, sendo exposta e julgada pela opinião pública.

No dia 31/01/1979, a sucursal do jornal *O Dia* (1975a) publicou uma nota, no qual foi apresentado um relato de meu pai, que disse ter sido procurado no dia do assassinato por dois homens que lhe informaram que minha tia havia se suicidado. Estes fizeram questão que ele entrasse num *dodge-dart* para ir até o local, mas ele recusara, pois desconfiava das intenções e da veracidade do relato, já que havia estado no dia anterior com sua irmã e a mesma estava bem. Tanto meu pai quanto minha mãe me relataram que acharam a história estranha e seguiram para o local indicado por eles, o Instituto Médico Legal, em Niterói, em seu próprio carro. Ao chegarem lá, encontraram realmente o corpo de minha tia, mas aquele carro que lhes fora buscar nunca apareceu por lá. Nenhum outro jornal abordou esse fato, tampouco as investigações que se seguiram.

N’*A Tribuna* (1975b, p. 6) da mesma data, foi registrado um depoimento de M.F, ex-secretária do assassino, no qual relatou que saíra do emprego “porque J.P.L. pretendia tê-la como amante, inclusive procurou seduzi-la com promessas”. Tal informação não foi mencionada em nenhum dos jornais nos meses seguintes. Afinal, de que vale o depoimento de uma mulher vítima de assédio sexual? Por situações como essa que tal crime ainda hoje é pouco denunciado, pois mesmo sendo categorizado desde 1940 pelo Código Penal Brasileiro, foi após a publicação da CF de 1988 e de regulamentações posteriores, como as Leis nº 12.015/2009¹³ e a 13.718/2018¹⁴, que passou a ser mais especificado, a partir da tipologia adotada para os abusos sexuais. Portanto, consistiria em assédio sexual quaisquer palavras constrangedoras, tentativas de intimidação ou constrangimento, de toques sem a permissão da outra pessoa, pressão psicológica em troca de favores, sobretudo por

13 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>. Acesso em: 26.mai.2021.

14 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm>. Acesso em: 26.mai.2021.

parte de superiores hierárquicos. A importunação sexual também aparece, tipificada como qualquer ato que resulte no constrangimento da vítima em razão do prazer do agressor. Mas, ainda sim, somos comumente descredibilizadas ou mesmo chamadas de loucas, histéricas ou exageradas quando denunciemos tais crimes.

As notícias dos jornais *O Fluminense* (1975d) e *O Dia* (1975b) dos dias que se seguiram não trouxeram novos fatos, apenas mantinham a ideia de que o *suspeito* poderia se apresentar na delegacia a qualquer momento. O promotor I.S. também passara a acompanhar o caso, por determinação do procurador G.M.C., com a tarefa de ouvir novas testemunhas. Interessante observar que entre 01 e 03/02/1975, apenas pequenos textos apareceram nos jornais. Somente no dia 04/02/1975, quando o delegado retornou à casa da minha tia, a notícia mereceu nova capa, enfatizando “o fim dos segredos que Regina Célia guardou”, descobertos em um cofre recolhido dentre seus pertences pela polícia. Essa matéria foi importante, pois nela apareceram muitas hipóteses novas, a saber:

- ✓ A possível apresentação do assassino não acontecera, porque seu advogado era sogro do delegado L.C.S., que presidia o inquérito, o que foi desmentido pelo referido delegado;
- ✓ Alguns itens foram dados como desaparecidos – como “um rico faqueiro” –, levando-nos a crer que teriam sido furtados por M.M.T., que seria novamente intimada;
- ✓ Segundo o texto, “comentou-se” que o assassino ainda não teria se apresentado pelo fato de apresentar diversas escoriações e arranhões no rosto, o que poderia provar que houvera uma luta corporal entre ele e a vítima, o que comprovaria sua culpa;
- ✓ Novas testemunhas que estavam no prédio na hora em que ela foi assassinada seriam ouvidas nos próximos dias e o inquérito poderia ser concluído;
- ✓ O empenho da justiça no caso, mencionando o Desembargador G.M.C, o Procurador Geral G.C.B e o Promotor que passara a acompanhar o caso, I.S.

Mesmo diante de questões tão relevantes que poderiam ser melhor desenvolvidas, o discurso então produzido pelo veículo jornalístico finalizou a narrativa com a informação de que “foram encontradas [...] várias revistas pornográficas [...] que seriam do amante de Regina Célia, G., o ‘pivot’ da tragédia” (O FLUMINENSE, 1975d, p. 8).

Sem novidades, seguem as publicações até dia 17/02/1975. Trataram da loura, bonita e jovem que morreu vítima de ciúmes, devido aos amantes que mantinha; ouviram-se testemunhas que iriam elucidar o caso, esperou-se o assassino que iria se apresentar e não o fez, embora já tivesse constituído um advogado para conduzir sua defesa. Todavia, um aspecto começou a ser sinalizado, para além do julgamento da vítima ou de notas possivelmente repetidas apenas para manter os leitores atentos ao caso; era a dificuldade de relação entre a investigação policial e a criminal, promovida pelo Ministério Público. Ao final de janeiro foi designado o Promotor I.S. Em 27/02/1975, mudou-se de promotor. Em 05/03/1975, o advogado da vítima relatou que aguardar novo promotor iria atrasar ainda mais o trâmite do processo em favor do réu.

Mais uma vez, ao cotejar o que li nas reportagens com os relatos de meus pais, é notória que ambas as partes – tanto a família da minha tia, representada por meu avô, quanto o assassino – foram pessoas influentes na sociedade da época. Como já mencionei anteriormente, meu avô era jornalista relativamente influente, pois além de dono de um periódico local, promovia festas que movimentavam São Gonçalo e Campos dos Goytacazes, cidades entre as quais ele transitava frequentemente, provável razão do apoio de magistrados e da ampla cobertura jornalística, uma vez que no próprio *O Fluminense* do dia 17/02/1975 (1975e, p. 8), foram publicadas uma informação e uma carta de meu avô, que ratificam essa constatação:

A família de Regina Célia, de grande conceito no Estado do Rio [...] inclusive com a ajuda do ex-Procurador Geral da justiça do R.J., G.M.C., que sugeriu ao atual Procurador G.C.B. que um representante do Ministério Público acompanhe o desenrolar dos depoimentos.

Compreendo e entendo que não poderia haver o silêncio de O FLUMINENSE diante de tão desumano e cruel desenlace, gerado por elemento inqualificável e criminoso, mas pela sobriedade que este jornal vem imprimindo ao noticiário, fugindo ao sensacionalismo barato, constitui, para nós, especial e grata atenção por parte da Direção de O FLUMINENSE.

Sigo até aqui a linha do tempo das notícias publicadas, buscando compreender a cronologia das investigações, bem como os encaminhamentos dados ao “Caso Regina Célia”, que ainda era apresentado, quase um mês depois, com base na dúvida entre suicídio

ou assassinato. Desta forma, para não tornar esta análise cansativa, proponho uma mudança na apresentação das próximas páginas; ao invés de retomar as reportagens sequencialmente, com base nas datas dos eventos, as retomarei por eixos. Assim, passarei a abordar primeiramente os encaminhamentos da investigação e, depois, as principais questões que emergiram como ofensa à mulher que ali não estava presente em vida, mas cujo corpo, nome e memória foram extremamente vulgarizados e julgados, mais do que o próprio crime em si.

1.1 Idas e vindas do “Caso Regina Célia”, ou a banalidade do mal

FONTE: Imagem de campanha publicitária que expõe trechos das músicas ‘Mulher indigesta’, de Noel Rosa (1932); ‘Se te agarro com outro te mato’ de Sidney Magal (1980); e ‘Bandida’, de Mc Livinho (2016). Fotos: Thales Ferreira/ Secretaria De Políticas Para Mulheres de São Leopoldo.

As imagens acima são parte de um acervo que compôs a mostra “Música: Uma Construção de Gênero”, que ocorreu no saguão da Prefeitura de São Leopoldo/RS, em 2018 (MARÇAL, 2018). Nelas, são destacados trechos de letras de músicas de décadas distintas, mas que naturalizam da mesma forma a violência contra a mulher, bem como o feminicídio como crime justificável pelo sentimento do assassino em relação à mulher: a paixão, que, na verdade, nada mais é do que ódio e recusa em nos respeitar como sujeito de direitos. Em todas elas a mulher é subalternizada, colocada como objeto do homem, tendo ele poder para decidir o que fazer com ela.

Infelizmente, muitas de nós crescemos ouvindo de nossos familiares, e mesmo de professores e outros adultos, que quando um menino ou irmão mais velho implica ou nos bate, é porque nos ama. Desde cedo naturalizam a agressividade e o descontrole masculinos, como uma performance de gênero¹⁵, comum a quem nasce provido de pênis. Nós, mulheres, desde meninas somos ensinadas a sentar direito, a sermos comportadas, dóceis, a nos enfeitar para ficarmos bonitas... e a entendermos como expressão de amor o ciúme, o controle, a posse, o grito, a violência, em todas as suas formas – moral, psicológica, sexual, física e patrimonial. Acostumamo-nos a ter relações sexuais contra a nossa vontade, para que nossos maridos não arrumem outra mulher, afinal, é a obrigação da esposa satisfazê-lo. Acostumamos a ouvir insultos, gritos, afinal ele estava nervoso. Assobios e cantadas são encaradas como elogios. Seguimos. E? Até quando? A qual custo?

Os desdobramentos do “Caso Regina Célia” não foram diferentes da perspectiva de naturalização da violência contra a mulher por motivos passionais. J.P.L, influente, ficou meses foragido. As suspeitas anteriores foram confirmadas em 18/02/1975, quando *O Fluminense* noticiou o afastamento do delegado L.C.S., devido ao seu parentesco com um dos advogados contratados pelo réu, que investiu também na contratação de “catedrático em medicina legal e perícia criminal”. O Promotor também foi mudado: passou a ser M.L.S. Mesmo tendo sido afirmado em outras reportagens que J.P.L. estava sendo *caçado* pela polícia, nesta matéria foi informado que ele ainda não se apresentaria naquela semana, por

15 A tríade sexo-gênero-sexualidade é amplamente discutida por Butler (2003), ao confrontar tais categorizações com a matriz heterocisnormativa. Ela afirma que esta objetiva conformar os sujeitos às identidades tidas como naturais – o masculino e o feminino – produzindo, por meio da performatividade de gênero, a ideia de que existem modos pré-concebidos e estanques para ser e estar no mundo.

seus ferimentos estarem visíveis. Em reportagem posterior, seu advogado A.N. confirmou que seu cliente não era um foragido, pois, até o dia 20/02/1979 (O FLUMINENSE, 1975g, p. 8) não havia recebido qualquer intimação para depor.

Retomo a publicação anterior, de 18/02/1975 (1975f, p. 8) para transcrever o laudo dos médicos legistas resultantes dos exames de necrópsia:

Manchas de hipóteses no dorso do corpo, córneas opacificadas e pupilas dilatadas; ferida de bordas irregulares com 2 cm no lábio superior à direita; fratura do terço médio do úmero direito; fratura do rádio e no antebraço direito; fratura do terço distal do fêmur esquerdo; fratura exposta de tíbia e fíbula direita no terço superior direito; feridas de bordas irregulares com 16 cm atingindo face anterior e lateral interna, ao terço superior da perna direita; escoriação avermelhada com 5 cm por 3 cm no terço médio da perna direita; fratura exposta do terço distal da perna esquerda; fratura exposta do fêmur direito; fratura cominutiva dos ossos do quadril; ferida circular de bordas irregulares com 5 cm de diâmetro na região glútea esquerda.

FONTE: Esquemas para localização de lesões produzidos a partir do laudo transcrito da reportagem do jornal O Fluminense (1975f, p.8), por um perito aposentado, amigo da autora.

Na ocasião, havia sido solicitado ao IML que respondesse se as lesões nos lábios e na região glútea de minha tia foram anteriores à queda e que a perícia de suas roupas fosse também realizada, a fim de comprovar que houvera luta corporal entre assassino e vítima.

Os meses de março, abril e maio de 1975 foram marcados pelas incoerências entre o que pedia o novo promotor que acompanhava o caso, E.S., o outro delegado L.A. nomeado após a interdição do anterior, as “falhas da perícia criminal”, que deixaram de examinar o “biquini” da vítima pelo fato dos médicos legistas entenderem que se tratava de suicídio e, portanto, “não havia qualquer razão para guardar a peça para exames. A calcinha foi jogada no lixo e a LIPATER¹⁶ carregou” (O FLUMINENSE, 1975h, p. 8).

Entre informações desencontradas; hipóteses que informavam sobre o paradeiro da bolsa de minha tia com seus documentos, sobre a existência de um gravador na mesa do

¹⁶ LIPATER (Limpeza Pavimentação e Terraplenagem LTDA) era a empresa que promovia a limpeza urbana, à época.

assassino e de uma suposta gravação em fita cassete, que o *suspeito* fizera da briga no dia do crime¹⁷; e, por fim, dos desentendimentos – propositais ou não – entre a Promotoria, os detetives do Centro de Operações Especiais (COE) e os peritos¹⁸, o assassino continuou foragido por quase cinco meses, apresentando-se apenas em 24/06/1975. Em seu depoimento, publicado n’*O Fluminense* (1975k), informou que minha tia se jogara da janela por ciúmes e pelo fato dele não ter interesse em permanecer em um relacionamento com ela. “Exclusivo. Empresário se apresenta à polícia: - Não matei Regina Célia!” estampou a capa, e a matéria ocupou toda página 8 daquele dia, cuja narrativa muitas vezes se assemelha a uma novela, intitulada “P.L. se apresenta: - Eu nem vi Regina cair!”. Voltaremos ao texto em um próximo momento.

Como me limito aqui a abordagem do caso, restam-me apenas mais quatro recortes no caderno de minha mãe. Após a apresentação do assassino, que reafirmou a tese de suicídio, o jornal *O Fluminense* publicado em 12/07/1975, voltou à questão inicial: suicídio ou homicídio? Não houve avanço e ou retomada das linhas de investigação até então em curso, sugerindo-se o arquivamento do mesmo por “inexistência de provas”. No dia 15/08/1975, o mesmo periódico apresentou “A reconstituição de uma tragédia (O FLUMINENSE, 1975m, p. 8), no qual destacou seis itens averiguados com base no depoimento do *empresário*, concluindo a matéria com um “retrospecto”, também baseado em seu depoimento. Nada se falou sobre o sangue encontrado no escritório, das escoriações no rosto de minha tia, do fato de não terem realizado a perícia em suas roupas, das idas e vindas do processo, tampouco das demais hipóteses que anteriormente foram apresentadas. Parece que o interesse dos leitores para com o “Caso Regina Célia” havia acabado quando o assassino se apresentou, prevalecendo a sua narrativa sobre tudo que foi trazido à público até então. A legenda da foto foi redigida tal como no primeiro dia desta sequência de publicações comentadas neste ensaio: “J.P.L., em primeiro plano na foto, mostra ao Promotor E.S. a janela por onde Regina Célia *voou para a morte*”.

Assim, temos outro texto publicado no dia 12/04/1976, ou seja, oito meses depois, no qual *O Fluminense* informou que “Caso Regina Célia, mal investigado, é reaberto”.

17 O Fluminense (1975i, p. 8).

18 O Fluminense (1975j, p. 8).

O texto apresentado naquela ocasião explicitou muitos interesses no arquivamento do caso da *queda* de minha tia, sob a alegação de não ter passado de um “simples acidente”, conforme concluiu o COE. O Promotor E.S. alegou que o Detetive S.S.S. teria cometido “falhas gritantes” nas investigações e em seu relatório final. Assim sendo, enquanto o COE reafirmava que não houvera suicídio ou homicídio, para o Promotor E.S. prevalecia a última hipótese. Desta forma, encaminhou o inquérito para a Delegacia de Homicídios (DH) para que procedesse novas investigações e recolhesse novos depoimentos, com base na seguinte declaração: “O detetive S.S.S. fez um trabalho cheio de opiniões pessoais, conjecturas, suposições e presunções, mas divorciado inteiramente da realidade do inquérito. Há um caso de morte a ser esclarecido e não podemos aceitar opiniões pessoais” (O FLUMINENSE, 1976, p. 8).

Este mesmo texto fez uma retomada do caso, sob o subtítulo “queda e morte”, informando que

Com base nas principais provas testemunhais, a polícia conclui que Regina Célia tinha um caso amoroso com J.P.L.C., dono de um escritório comercial no centro da cidade. O casal vivia em atritos e P.L., em virtude de sua posição social e de homem casado, resolvera pôr fim ao romance, o que desconcertou Regina Célia. Ela o amava muito e deixava bem claro suas intenções em não desistir do romance. ‘Por várias vezes Regina esteve no escritório e não foi recebida por J.P.L.C.’ – disse uma testemunha, confirmando outras declarações, segundo as quais os amantes estavam em litígio (IDEM).

Por fim, desmotivada pelo andamento do inquérito, pelo desinteresse de seu próprio sogro na continuidade do processo – que poderia atrapalhar ainda mais seus negócios e sua reputação – minha mãe colou um último recorte, sem data especificada nem por ela, nem pela impressão do jornal, no qual o título informou “Juri condena a dois anos o acusado de matar Regina Célia”. E foi esse o desfecho da “tragédia de amor” (O FLUMINENSE, 1975m, p. 8). Ninguém mais lembrou da secretária vítima de abuso sexual, e a mulher assassinada foi novamente enterrada, não fisicamente, mas moralmente.

Relembro o conceito de banalidade do mal em Hannah Arendt (1999), ciente das especificidades de sua formulação em relação à nossa realidade sócio-histórica e o *espaçotempo* que nos separa. Todavia, é fundamental reconhecer a importância deste conceito

filosófico para nos ajudar a pensar como o mal é produzido socialmente e se manifesta cotidianamente nas relações entre as pessoas e mesmo nas institucionais, fomentadas pelo próprio Estado. Não é natural, portanto, que o homem se sinta no direito de assediar ou se vingar de uma mulher por sentir desejos, ciúmes, ou mesmo por ter sido traído. Tais argumentos não são plausíveis para justificar a tendência em colocar sobre a vítima a responsabilidade por ter sido despedida, agredida ou mesmo assassinada, o que faz com que os homens não assumam a responsabilidade pelos seus próprios atos, respaldando-se em um machismo estrutural que lhes protege. Essa naturalização de uma estrutura que é social gera a banalização da violência, do mal, da vida. Das mulheres.

1.2 Sobre ser mulher ou como lutar para sobreviver mesmo depois de morta.

Tantas decepções eu já vivi/ Aquela foi de longe a mais cruel/ Um silêncio profundo, e declarei/ Só não desonre o meu nome/ Você que nem me ouve até o fim/ Injustamente julga por prazer/ Cuidado quando for falar de mim/ E não desonre o meu nome [...] ¹⁹.

Neste momento do presente texto, abordarei com maior detalhamento a reportagem que contou como teria ocorrido o *acidente* que matou minha tia. Cabe destaque ao fato desta ser a única matéria assinada por um jornalista. Muito bem redigida como um conto policial, ou mesmo um romance, a narrativa apresentada destacou um homem que terminou o relacionamento com sua amante apaixonada, que, inconformada com o fim, sob uma forte emoção, um ataque de loucura, jogou-se ou caiu do 14º andar de um prédio. Creio que este texto encerrou o caso, ao menos para o interesse da opinião pública, à época. Ela, a vítima, portanto, teve o que merece toda mulher que ousa desafiar as estruturas sociais, o patriarcado, a família tradicional, a hipocrisia do homem-bem sucedido-casado-pai de família: a morte do corpo e da sua reputação.

De óculos escuro, blusa de lã roxa tipo cacharrel, os cabelos brancos esvoaçando no rosto, compareceu ontem à polícia, finalmente, após três meses e 24 dias de expectativa, o empresário de 44 anos de idade tido como o provável assassino da securitária Regina Célia (O FLUMINENSE, 1975k, p. 8).

19 Trecho da música “Me adora”, Compositora: Priscilla Novaes Leone (Pitty).

Desculpem-me pela ironia, mas a primeira vez que li o primeiro parágrafo desta reportagem, imaginei uma daquelas cenas de novela nas quais o protagonista, bonitão, rico, de meia-idade, adentra um lugar, em câmera lenta, como que se o tempo e todos ao seu redor parassem para admirá-lo. Porém, esta foi a introdução do material jornalístico que noticiou o esperado comparecimento do assassino de minha tia à delegacia, para prestar esclarecimentos. Diferentemente dos “três meses e 24 dias de expectativa” citados pelo jornal, foram 4 meses e 27 dias de total indiferença à sua morte e desrespeito à justiça.

A reportagem foi dividida em quatro partes – “Uma versão a investigar”, “A traição, a morte”, “A queda [queda] inexplicável” e “Poderá ser indiciado” -, sendo finalizada com uma foto de perfil do J.P.L.C., que em todas as notícias anteriores tinha 45 anos, mas, nesta, remoçou um pouco. Mesmo longa, creio ser importante transcrever grande parte da reportagem, uma vez que foi a maior de todas e contém uma riqueza de detalhes:

A 27 de janeiro Regina Célia morria, 48 horas depois do empresário haver rompido um romance de três anos com ela. Ao ponto de mantê-las em algumas despesas. Era um sábado, dia 25. P.L. deixou mulher e filhos em Icarai e foi almoçar com a amante. No apartamento alugado por ele, na Travessa [...]. Lá, o próprio P.L. dirige-se à cozinha e se encarrega de preparar um ‘prato sírio’, com peixes fritos. Quando termina de preparar macarrão com arroz, P.L. ouve, da cozinha, Regina Célia pedir a sua colega de apartamento, M.T., para atender uma pessoa que toca a campainha. Enquanto M. se dirige à porta, Regina entra no banheiro. P.L. então fica na saleta e do basculante observa que é um homem de cabelos grisalhos que está do lado de fora, na escada. E quer falar com Regina. Mas, M. consegue contornar a situação e fazer com que o homem de cabelos grisalhos, de físico avantajado, vá embora. M. então se dirige à casa de uma vizinha, uma certa E., depois de se fazer passar como sendo a mulher procurada pelo homem de cabelos grisalhos. Furioso o empresário J.P.L.C. deita-se na cama, após perceber todos os lances da traição. Regina sai do banheiro e pergunta: - O que está havendo, rapaz? P.L. pula da cama e, com cara fechada, chama M. na casa da vizinha. Esta se senta no sofá, na saleta, e revolta com a ameaça do empresário: - Vou chamar seu namorado e lhe dizer tudo isso. P.L. pega a chave do carro e sai. Não passa de duas quadras e retorna para perguntar: - Qual é o telefone do J., seu namorado. Vamos, diga, quero encontra-lo. Quero colocar ‘tudo em pratos limpos’! M. o interrompe para dizer que se tratava de um ‘coroa’ que pedia uma informação. Chorando, Regina Célia entra na conversa e reconhece que o homem de cabelos grisalhos era seu conhecido e tenta uma situação de paz: - Conheci-o ontem, rapaz. Ele me deu uma ‘carona’ do trabalho até em casa. Não houve nada além da ‘carona’ (IDEM).

Fim do 1º ato. Fecham-se as cortinas. Parece o roteiro de uma história que envolve amor e ciúme, dessas que entretêm a tantas e tantos, em filmes e peças com finais felizes. Mas, na vida real, os finais quase nunca são felizes. Não sei se o jornalista leu e romanceou o depoimento, conversou com o réu, ou melhor, com o *suspeito*, e recriou a narrativa do crime tal qual um romance policial. Alguns destaques foram feitos pelo jornalista no texto para pôr em dúvida a narrativa de minha tia, como colocar entre aspas a palavra *carona*, nas duas vezes em que apareceu no suposto diálogo ocorrido entre ela e J.P.L.C. Qual a razão de grifar tal palavra? Seria pôr em dúvida o que acontecera entre minha tia e o *homem de cabelo grisalho e de físico avantajado*? Por que, logo no início da reportagem, é trazida a informação de que o *empresário* mantinha as despesas de sua *amante*, reforçando a mesma afirmação logo abaixo, quando, antes de apresentar o endereço da casa de minha tia, refirmou que o imóvel fora por alugado por J.P.L.C. Mesmo deixando a mulher e os filhos na Zona Sul de Niterói, ele, um homem bem-sucedido, foi preparar o almoço para sua amante, na Zona Norte da mesma cidade. E, mesmo sendo um homem que pagava as contas, era cuidadoso com sua amante, o que ele recebeu em troca? A traição! Como ela, uma mulher com uma vida boa, proporcionada por ele, pôde fazer isso? Certamente era puta! Como bem exemplificou Federici (2019, p. 57): “[...] somos alma sem corpo para nossas amigas mulheres, e carne sem alma para nossos amantes homens”. E, assim, começa o 2º ato, ou seja, a segunda parte da reportagem, reforçando tais considerações:

- Verifiquei então – continua P.L. em seu depoimento – que estava sendo traído por Regina. E disse-lhe que ‘esse era o “pago” que ela estava me proporcionando’. E P.L., a esta altura, demonstra sua desilusão no romance proibido: - Você, Regina Célia, está certa mesmo. Eu merecia era isso! Naquela tarde do dia 25 de janeiro, P.L. deixou claro o rompimento do romance que teve com Regina Célia desde maio de 1972, quando a conheceu num centro espírita, em São Gonçalo. Foi embora sem dizer adeus. No sofá, cabisbaixa, Regina chorava convulsivamente. Na segunda-feira seguinte, isto é, dia 27. O diário de Regina Célia já revelara a sua depressão: ‘hoje amanheci deprimida e muito chateada’. Ela trabalhava numa companhia de seguros e era estimada pelo patrão e amigos. Na hora do almoço, como fazia habitualmente, Regina se dirigia à agência de empregos de J.P.L.C., estabelecida nas salas [...] naquela segunda-feira de sol, Regina parecia mais bela. Estava bem maquiada e mostrava seu corpo esquivo envergando uma minissaia cor de rosa. Meio-dia em ponto ela chegou ao 14º andar do Central.

Surgiu, de repente, da escada, quando P.L. aguardava o elevador. Meiga, com seus cabelos esvoaçados, Regina Célia perguntou: - Quero falar com você. Posso? – Fala logo, estou com pressa! – Vamos para a sua sala que precisamos conversar muito. Podemos? P.L. disse que sim e entraram na agência de empregos. Regina Célia lhe pediu que trancasse a porta, porque não queria ser interrompida. Entraram e ficaram a sós no gabinete. Naquele dia, sua secretária J., estava ainda no terceiro dia de serviço e havia saído para o almoço meia hora antes. P.L. tinha preocupação que a moça chegasse e os encontrasse sozinhos no interior da agência. Mas, ele sentou-se em sua mesa e ela num sofá. A partir daquele instante Regina Célia não vivia mais 60 minutos (IBIDEM).

Nova pausa dramática. Aqui a *desilusão* de J. com o *romance proibido* foi evidenciada, pois minha tia o traía, apesar de todas as coisas boas que ele a oferecia. Certamente aquela aventureira, tão bela, mais bela que nos demais dias, tenha se arrumado tanto, colocado a melhor *minissaia rosa*, ensaiado seu sorriso mais *meigo* e deixado seus cabelos loiros *esvoaçados*, na tentativa de seduzi-lo, a fim de não perder as regalias que ele lhe proporcionava. Outro fato que merece destaque foi mencionar a religião seguida por minha tia, ao trazer o relato sobre o local onde se conheceram. Demarcar a religião – espírita, uma das que são mais estigmatizadas pelo senso comum, definida vulgarmente como *macumba*²⁰ – e o lugar – São Gonçalo, cidade vizinha de Niterói, com uma população muito maior, porém com o poder econômico muito menor²¹ – parece-me uma estratégia discursiva para demarcar os espaços sociais aos quais cada um desses atores pertencia, bem como uma possível obtenção de vantagem financeira por parte da mulher jovem, bonita e com interesses financeiros no relacionamento.

20 Comumente a imprensa e o senso comum confundem espiritismo com religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda, chamando-os genérica e preconceituosamente por *macumba*. O Espiritismo surgiu na França, codificado por Allan Kardec, em 1857. Europeu, portanto, sem nenhuma ligação com qualquer culto de origem africana, como o candomblé, cujo culto é dirigido às forças da natureza personificadas na forma de ancestrais divinizados. As religiões afro-brasileiras tiveram seu início no século XVI com a vinda dos escravos africanos para o Brasil colonial. A Umbanda, particularmente, sofreu forte sincretismo com o Catolicismo, associando os santos católicos aos orixás africanos, por exemplo. As formas de culto de cada uma destas religiões são bastantes distintas, bem como a existência (ou não) de rituais (SILVA, 2015).

21 São Gonçalo é a 2ª cidade mais populosa do Rio de Janeiro, e a 16ª mais populosa do país. Segundo dados do IBGE (2019), possui 1.084.839 habitantes em uma área de 248.319 Km². A renda per capita (ATLAS BRASIL, 2013) era de 669,30 reais, ocupando a 795ª lugar na posição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) brasileiro. Já Niterói possui aproximadamente 500 mil habitantes em um território de 129,3 Km²; ocupa a sétima colocação no IDHM e se destaca como o primeiro município em qualidade de vida do estado do Rio de Janeiro, com renda per capita de 2.000,29 reais (ATLAS BRASIL, 2013).

Outrossim, tal delimitação, para além de demarcar a origem de classe de cada qual, indica a proximidade de minha tia com forças ocultas, sobrenaturais. A presente abordagem me faz retornar à Silvia Federici (2017, p. 291), quando explicita as representações das mulheres que foram caçadas como bruxas na Europa, vistas como “[...] fracassos sociais (mulheres “desonradas” ou frustradas no amor) ou até mesmo como pervertidas que se divertiam zombando dos seus perseguidores masculinos com suas fantasias sexuais”.

Até aqui foram apresentados o diário – como prova da tristeza e uma suposta depressão pós-término de relacionamento, que seria o elemento significativo para corroborar a tese do suicídio de minha tia – e a tentativa frustrada dela em seduzir J.P.L.C, mostrando-se especialmente maquiada e bonita naquela ocasião. Coube, pois, ao 3º ato o desfecho dramático da narrativa tão bem alinhavada até então: Ele, que estava ferido em sua masculinidade, não quis retomar o romance proibido com sua amante; ela, nervosa, teve uma crise de choro e, num momento de loucura, em uma atitude histérica, apresentou seu *grand finale*:

Foto de J.P.L.C., que fechou a reportagem citada.

A portas fechadas, quem começou o último diálogo foi ela: - E então, qual a definição que dará a nós dois? Você é um injusto comigo. Não tenho nada com aquele camarada que esteve lá em casa. P.L. a interrompe e pergunta o nome do ‘tal cara’. Regina Célia diz que se chama G. – Qual G.? Indaga ele. – P.C. Regina está nervosa e não sabe a posição que se senta no sofá. Levanta. Senta. Levanta. Senta e com a voz embargada começa a lamuriar e quer reatar o romance. Ela está arrasada e bastante deprimida, como revelara em seu diário. P.L., com a dor de homem traído e sem dar muita importância à conversa da jovem se preocupa com alguém que bate à porta. Deixa Regina sozinha em seu gabinete de trabalho e se dirige a porta, pensando ser a sua secretária de três dias de trabalho. Mas não era. Alguém batera numa sala vizinha e P.L. diz ter voltado a seu gabinete para concluir a conversa com Regina Célia. Ela não estava mais ali. – Regina, Regina, onde está você? Chamava-a andando para lá e para cá dentro de suas duas salas. Procurou-a no banheiro. Também nada. Parecia não acreditar que a jovem tivesse se suicidado. Mas, preocupado, chegou à janela dos fundos e ouviu um operário gritando ‘que tá caída lá embaixo’. Ele confirmou a queda. – Saí dali horrorizado, como já disse, e fui para Petrópolis. Porém, não permaneci nessa cidade por causa da vizinhança que me abordava em virtude das notícias nos jornais. Fui morar então na Rua [...] Como não entendo muito de casos policiais, fui aconselhado por amigos para aguardar uma intimação da polícia. Aguardei e a intimação é agora atendida (O FLUMINENSE, 1975k, p. 8).

Apesar da reportagem não acabar neste ponto, o interesse por ela parece que teve aqui seu fim. O último subtítulo apresentou apenas um parágrafo com 10 linhas, nas quais foram abordadas as possibilidades de indiciamento do *suspeito* caso as investigações não se relacionassem à versão por ele expressa. A legenda da foto supracitada dizia: “P.L. chegou à delegacia para depor aparentando tranquilidade”. Além de tranquilidade, arrisco a

afirmar que ele – após mais de quatro meses sem ser incomodado, tendo fugido do flagrante, de seu endereço fixo, prestou depoimento e foi embora – tinha certeza da impunidade.

Por fim, mas não menos importante, o último ato transcrito, da grande encenação que imagino ter sido tal depoimento, trouxe a figura da mulher frágil, deprimida, que chora, faz lamúrias e chantagem emocional para conseguir o que deseja. Nada mais clichê. Existiam revistas com enredos muito semelhantes, comuns nos anos de 1970 -1980, que conheci quando criança, tendo em vista que minha mãe fazia delas companheiras constantes de leitura. Eram as chamadas coleções *Sabrina, Julia, Bianca*, dentre outras. Penso que o jornalista responsável por tal reportagem, munido dos seus julgamentos morais e da estrutura narrativa comum àquele gênero literário, desconsiderou a gravidade do crime, a dor da família e qualquer bom senso em prol da escrita de um texto cativante e de apelo massivo. Conhecidos como romances sentimentais, os textos assim escritos buscavam aumentar e manter tanto a demanda quanto a fidelidade do público ao seu conteúdo, sendo profundamente detalhado e belamente romanceado:

“Romances com coração” foi o slogan usado pela editora Nova Cultural nos anos 80 do século XX para promover os livros das séries sentimentais de massa *Sabrina, Julia, Bianca* e *Barbara Cartland*. O coração é usado como forma de explicitar a relação que as leitoras tinham com a leitura. Era algo próximo, íntimo, pessoal. Sucessos de vendas, com tiragens que chegavam a 600 mil exemplares por mês, foram livros lidos por uma geração de mulheres brasileiras, das mais variadas classes sociais [...] Pode-se considerar que esse sucesso está calcado na exploração de um conteúdo simbólico baseado na repetição de situações esquemáticas previamente conhecidas e aprovadas, muitas claramente inspiradas nos contos de fadas, e num marketing editorial que busca aumentar e manter tanto a demanda quanto a fidelidade do público, através do conhecimento apurado das expectativas das leitoras quanto aos textos (MEIRELLES, 2008, p. 13-14).

Fonte: Imagem disponível na internet.

A fim de proporcionar um melhor entendimento da estrutura narrativa acima descrita, destaco um fragmento de uma dessas revistas, por acreditar que muitos podem desconhecer-la por não serem tão comuns nos dias atuais, embora ainda sejam disponibilizadas por meios digitais.

Aquela manhã em que sua madrasta Michelle foi buscá-la no colégio interno marcava para Lacey o início de uma estranha aventura. A partir daquele momento, ela não era mais dona de sua vida. Cabia a ela salvar os negócios de seu pai, um banqueiro à beira da falência, e garantir o luxo que sua madrasta não queria perder! Para isso estava obrigada a se casar com o rico e vaidoso Troy Andreakis e Troy, acostumado ao poder e a manipular vidas como se fossem brinquedos, só ajudaria James Vernon a evitar a falência e a vergonha, se em troca, este lhe entregasse Lacey como garantia! (CRAVEN, 1977, p. 5).

Como já mencionado anteriormente, o “Caso Regina Célia” foi arquivado, desarquivado e o *empresário* acabou condenado por **imprudência** com **sursis**, cinco anos depois. Em uma nota provavelmente do ano de 1980, afirmou-se a competência do famoso criminalista “dos mais ilustres, com longa presença na tribuna forense” na defesa do réu no “processo criminal por *queda de janela*”. Afirmei em outro momento do ensaio o fato de minha mãe não proceder a anotação da fonte e da data na nota recortada, conforme fez com todas as matérias aqui apresentadas. Assim, optei por apresentá-la como forma de provar sua veracidade:

Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Foram apagados os nomes do réu, advogado e promotor do caso.

Para melhor compreender a matéria e a condenação, fui ao Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940). Todavia, relembro a advertência apresentada no início do texto, em que pus em relevo o fato de não ser esta uma pesquisa de natureza e aprofundamentos jurídicos.

Em tal instrumento, há a definição de dois tipos de crimes: *doloso*, o qual se refere a uma conduta criminosa na qual o seu praticante teve a intenção de cometê-lo, ou mesmo sabia das consequências que determinada conduta poderia causar; e *culposo*, que seria a conduta criminosa resultante de imprudência (praticante agiu de forma precipitada, descuidadamente), negligência (deixou de observar precaução normalmente adotada na situação) ou imperícia (sem habilidade ou qualificação técnica). Como em um determinado trecho da reportagem aparece que o réu foi submetido ao veredito popular, acredito que foi julgado por homicídio doloso, mas foi condenado por crime culposo, tendo resultado da imprudência de J.P.L.C. para com a situação ocorrida entre ele e minha tia. Segue a redação dos artigos do referido Código, em sua versão original, de 1940, e na versão atualizada, cuja alteração se deu em 1984, portanto, após o julgamento do caso:

Art. 15. Diz-se o crime: I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. Parágrafo único. Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente (1940).

Art. 18 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) Crime doloso (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) **I** - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) Crime culposo (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) **II** - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) **Parágrafo único** - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

Entendo, pois, a habilidade do advogado de defesa – habilidade tão destacada na matéria – dado que o crime culposo não pode ser punido como tal. Assim, sendo, como não houve intenção de matar, deu-se a suspensão condicional da pena, conhecida como *sursis*. Segundo Menechini (2001) “Esse instituto foi criado com o objetivo de reeducar o infrator de baixa periculosidade, que comete delito de menor gravidade, suspendendo

a execução da pena privativa de liberdade de pequena duração”. Mais uma vez destaco o Código Penal e as versões que podem ter subsidiado o veredito, a saber:

Art. 57. A execução da pena de detenção não superior a dois anos, ou de reclusão, no caso do art. 30, § 3º, pode ser suspensa, por dois a seis anos, desde que: I - o sentenciado não haja sofrido, no Brasil ou no estrangeiro, condenação por outro crime; ou condenação, no Brasil, por motivo de contravenção; II - os antecedentes e a personalidade do sentenciado, os motivos e as circunstâncias do crime autorizem a presunção de que não tornará a delinquir (1940).

Art. 77. Quando a periculosidade não é presumida por lei, deve ser reconhecido perigoso o indivíduo, se a sua personalidade e antecedentes, bem como os motivos e circunstâncias do crime autorizam a suposição de que venha ou torne a delinquir. Art. 77. Quando a periculosidade não é presumida por lei, deve ser reconhecido perigoso o agente: (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 1977) I - se seus antecedentes e personalidade, os motivos determinantes e as circunstâncias do fato, os meios empregados e os modos de execução, a intensidade do dolo ou o grau da culpa, autorizam a suposição de que venha ou torne a delinquir; (Incluído pela Lei nº 6.416, de 1977) II - se, na prática do fato, revela torpeza, perversão, malvadez, cupidez ou insensibilidade moral. (Incluído pela Lei nº 6.416, de 1977) § 1º Compete ao juiz que presidir a instrução, salvo os casos de promoção, remoção, transferência ou aposentadoria, para os fins do disposto no § 5º do artigo 30, declarar na sentença a periculosidade do réu, valendo-se, para tanto, dos elementos de convicção constantes dos autos e podendo determinar diligências. (Incluído pela Lei nº 6.416, de 1977) § 2º O juízo poderá dispor, na forma da lei local, de funcionários para investigar, coletar dados e informações com o fim de instruir o requerimento de verificação de periculosidade (Incluído pela Lei nº 6.416, de 1977).

Art. 77 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: I - o condenado não seja reincidente em crime doloso; II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício; III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código. § 1.o - A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão do benefício. § 2.o - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão (Redação atual).

Considerando o ano do julgamento, creio que foi considerado o segundo texto, de 1977, dando-se a conotação que o réu, por não ter antecedentes criminais, não deveria ser considerado perigoso, não oferecendo, portanto, riscos à sociedade. Também não foi observado pelo júri “torpeza, perversão, malvadez, cupidez ou insensibilidade moral”,

que justificassem sua detenção, afinal, tratara-se de uma “queda da janela”, tal como a nota foi apresentada pelo jornal.

Como último dado, trago o relato de minha mãe, a partir de sua memória do dia do julgamento. Disse-me ela que, no intervalo da sessão, antes de ser proferida a sentença, foi tomar café e se encontrou com o assassino. Ele foi reconhecido por um amigo presente no mesmo espaço, por outro motivo, que se dirigiu até o local e o questionou sobre a razão de ali estar. O *empresário* respondera que “estava sendo acusado de matar uma mulherzinha que se jogou da janela”, em um tom provocativo e irônico. Nada de novo, além do conhecido texto que nos é prescrito pela sociedade misógina e machista, que vê a mulher como objeto, submissa, frágil, descartável e que, portanto, deve ser cuidada, subestimada, protegida ou agredida e descartada. Por outro lado, se ela é forte, grita, exige, contesta; é histérica, mal amada, insatisfeita, nervosa. São tantos adjetivos. São tantos estigmas. São tantas as formas de tentarem nos fazer voltar ao espaço privado para que lá permaneçamos: *belas, recatadas e do lar*²². Ou, se tal retorno não bastar para nos silenciar, o uso da aniquilação do corpo e/ou da reputação, também são práticas comuns e socialmente possíveis, apesar dos avanços alcançados na garantia dos nossos direitos. Concordo com Almeida (2014, p. 239) quando afirma que a violência contra a mulher

[...] não se refere a atitudes de fazer sofrer ou aniquilar o outro que seja alguém considerado igual ou que é visto nas mesmas condições de existência e valor que o/s seu/s perpetrador/es. A centralidade das ações violentas (físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais) incide sobre a alteridade do feminino na esfera doméstico familiar, na esfera pública e na esfera dos conflitos internacionais.

22 LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. *Revista Veja*, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

2. RESSIGNIFICANDO OS DISCURSOS SOBRE O FEMINICÍDIO

[..] Eu não me vejo na palavra/ Fêmea, alvo de caça/ Conformada vítima/ Prefiro queimar o mapa/ Traçar de novo a estrada/ Ver cores nas cinzas/ E a vida reinventar/ E um homem não me define/ Minha casa não me define/ Minha carne não me define/ Eu sou meu próprio lar [...]²³

A escrita do presente ensaio exigiu a conjugação de algumas metodologias para a análise das fontes primárias – as manchetes e notícias dos jornais locais da época em que caso ocorreu –; o resgate da história oral, a partir das narrativas de minha mãe – que não só acompanhou, como documentou toda a história em um caderno –, as narrativas de meu pai, testemunha à época e irmão da vítima, e minhas narrativas autobiográficas. A memória de linhagem costura minha história às histórias das mulheres de minha família, com o intuito de restituir a memória de um caso que foi encerrado vilipendiando a reputação de uma mulher, a partir da opinião e dos julgamentos de uma sociedade machista e misógina, que avalia nossos padrões de comportamentos como aceitáveis ou condenáveis sob uma lógica heterocisnormativa. Minha proposta, portanto, é tentar estabelecer o debate sobre a violência de gênero e o homicídio de uma mulher como feminicídio, que ainda não existia como figura jurídica no ano de 1975.

Tais análises foram problematizadas a partir das referências em autoras/autores que discutem os feminismos e a questão de gênero e sexualidades, bem como descrevem as redes de poder que subjazem nos discursos e nas suas entrelinhas, sobretudo por meio dos textos jornalísticos. Uso feminismos, no plural, por entender que não se trata de um movimento ou corrente homogêneos, mas de pluralismos que trazem diferentes singularidades, retirando-o

[...] do clima puramente acadêmico, do clima de qualquer pureza, branca, de classe média ou alta, de corpos autorizados, de crenças em identidades estanques e propostas como naturais pelo sistema da razão que administra a não-identidade evitando que ela floresça (TIBURI, 2015).

Assim, na leitura das reportagens, percebe-se uma ênfase na descrição da Regina como uma mulher bonita, bem empregada, jovem, branca e loira, ressaltando um padrão

23 Trecho da música “Triste, louca ou má”, já citada anteriormente.

de mulher desejável pela sociedade – tanto pelas mulheres, que desejam se enquadrar em tais padrões, quanto pelos homens, que intentam consumi-las como um produto ou mesmo ostentá-las como um troféu. Estes são oriundos da sociedade que objetifica a mulher, retirando-lhe o protagonismo sobre sua própria vida, resumindo-a à sua carne, aos seus relacionamentos e a colocando à mercê dos homens. Daí resultam muitos males com os quais temos que conviver e aos quais tentamos sobreviver diariamente: a cultura do estupro, a pressão estética, a exclusão de mulheres-mães de vários espaços sociais, entre tantos outros. Desta forma, urge a necessidade de reconhecermos que um feminismo universal não dialoga com estas especificidades. Precisamos pensar o feminismo que, para além da questão do gênero, também traga em si a questão da raça, da classe, da maternidade, dado que as relações de poder que atuam na sociedade agem de forma diversificada sobre cada um de nossos corpos.

Não me preocupo em situar historicamente as diferentes ondas que constituíram e ainda fomentam os movimentos feministas. Há uma literatura muito diversa e rica, estudos e pesquisas que brilhantemente cumprem tal papel. Cabe-me aqui complexificar a análise do feminicídio de minha tia, contextualizando-o em um país que, infelizmente, exterminou três mulheres por dia entre março e dezembro de 2020 (AZMINA, 2021). Aqui só estão dados coletados desde o início da pandemia do coronavírus. Em 2021, foram publicados, pelo IBGE (2021), estudos que apontam a realidade que compõem tais dados:

Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulgado nesta quinta-feira (4/3) mostrou que, em 2019, 30,4% dos homicídios contra mulheres ocorreram dentro de casa, a proporção para os homens foi de 11,2%. As mulheres negras e pardas foram as maiores vítimas de feminicídio. A pesquisa “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” mostrou que o atentado à vida dessas mulheres foi 34,8% maior que o de mulheres brancas dentro de casa; fora de casa foi 121,7% maior (BOSCO e SOUZA, 2021).

Compreende-se por que a discussão da interseccionalidade é fundamental para seu entendimento, uma vez que rompe com a visão abstrata de feminismo, que abrange apenas as mulheres brancas e de classe média que lutaram pelo voto, trazendo a contribuição da diversidade de realidades das mulheres, a luta das mulheres negras e subalternizadas

para o centro do debate, restituindo-lhes seu lugar de fala e de produção do conhecimento. Ângela Davis é um marco na discussão do feminismo negro, por sua história de vida ser profundamente marcada pela segregação racial estadunidense. A obra *Mulheres, raça e classe* (2016) é fundamental ao debate, por reconstituir a ligação da escravidão com o racismo como elemento estruturante das sociedades.

No Brasil, desde o século XIX, questões sobre os movimentos de mulheres e negros começaram a ser articuladas (BURIGO, 2020, p. 35). Muitas intelectuais brasileiras contemporâneas nos ajudam a entender essa ampliação do feminismo, como Lélia Gonzalez (1982), Sueli Carneiro (2003), Djamila Ribeiro (2019), Carla Akotirene (2018), entre outras. Resgato aqui um conceito que pode ajudar a nos situarmos neste debate:

A interseccionalidade é um conceito que serve para avaliar as interações entre estruturas de poder, observando os efeitos e consequências de diferentes formas de dominação ou discriminação em suas intersecções – e trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (BURIGO, 2020, p. 26).

Akotirene (2018, p. 6), define a interseccionalidade como “[...] ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas”. O termo foi empregado formalmente pela primeira vez em 1991, quando a estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw buscava explicitar as violências vividas por mulheres não brancas no sistema judicial americano.

Concordo com Sueli Carneiro (2003) quando afirma que ao menos uma dupla militância cabe às mulheres negras: no movimento negro e no feminista, com vistas ao combate do sexismo e do racismo, que, como já mencionado, não são acidentes de percurso, mas elementos estruturantes de nossa sociedade. Ribeiro (2019, p. 10), corrobora tal entendimento, ao resgatar sua própria experiência como mulher-negra, ainda na infância, com o racismo estrutural:

Desde cedo, pessoas negras são levadas a refletir sobre sua condição racial. O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmão, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neguinha do cabelo duro”, “neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente – o que quer dizer não branca – passou a ser apontado como um defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Fui forçada a entender o que era racismo e a querer me adaptar para passar despercebida. Como diz a pesquisadora Joice Berth: “Não me descobri negra, fui acusada de sê-la”.

Daí ser tão importante a discussão da representatividade, da importância de trazer para o currículo escolar a discussão étnico-racial – já garantido por meio das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008²⁴, mas ainda pouco efetivado nas práticas escolares –, das políticas de ações afirmativas, dentre tantos movimentos que buscam desnaturalizar o racismo e corrigir a desigualdade racial que estrutura as relações em nossa sociedade, que se aprofundam ainda mais quando se trata de mulheres negras e periféricas. Somente quando mulheres negras ocupam diferentes espaços e cargos públicos, mostram a beleza natural de seus cabelos, seus corpos, encontram produtos disponíveis para sua pele, começa-se a romper paradigmas e padrões que lhes aprisionavam. A luta por seu lugar de fala, a valorização da cultura africana, o resgate da ancestralidade – que muito se assemelha a perspectiva da memória de linhagem que aqui apresentei – fazem-nos avançar como coletividade e também individualmente, sobretudo em relação ao sentimento de inferioridade que muitas companheiras sentiram e sentem em sua carne, que nem eu nem minha tia pudemos mensurar ou sentirmos da mesma forma, por sermos mulheres brancas.

Contudo, mesmo diante da relevância das reivindicações feministas e das mulheres feministas negras, percebe-se que há um movimento do capital no sentido de instrumentalizá-las ao seu favor. Desde a incorporação de pautas que são caras aos nossos movimentos para a composição de peças publicitárias, até a ampliação do mercado de consumi-

24 Tanto a Lei nº 10.639/2003 quanto a nº 11.645/2008 alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no sentido de incluírem a discussão da História e cultura afro-brasileira no currículo das redes de ensino. A segunda inclui os povos indígenas na discussão curricular. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> e <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 01.jun.2021.

dores para seus produtos, muitas empresas encampam as discussões em uma perspectiva esvaziada, como forma de aquecer e ampliar seu público. Tal apropriação tem um duplo movimento: ao mesmo tempo que traz a questão da representatividade, tão cara para todas nós, também abusa do *black money* e/ou *pink money*²⁵, trazendo um discurso vazio por meio da publicização de uma ideia de corpo positivo, sem discutir profundamente a questão da pressão estética, por exemplo. O trecho seguinte, publicado recentemente no El País (RAMÍREZ, 2021), nos remete bem a tal questão:

Chega de “loção de hidratante para pele normal” ou “shampoo para cabelos normais” nas prateleiras dos supermercados. A gigante britânica Unilever (dona de marcas como Dove e Axe) anunciou em março que retirará a palavra “normal” de seus produtos de higiene pessoal depois de consultar 10.000 pessoas de nove países em um estudo em que 56% dos entrevistados revelaram que se sentiam excluídos pela indústria da beleza e 6 em cada 10 identificaram efeitos negativos na palavra “normal”. A multinacional, que com seu compromisso “com a beleza real” da Dove tocou fundo no léxico popular, continua assim a capitalizar o movimento da “beleza positiva” em resposta às novas demandas de consumo. Por que a palavra “normal” fere estes consumidores? Porque é estridente e dissonante em relação aos tempos que correm, como já aconteceu com os termos “anti-idade” ou “clareador”. A associação de saúde pública do Reino Unido (RHSP) e a revista *Allure* – com a atriz septuagenária Helen Mirren na capa – pediram a erradicação do primeiro da linguagem publicitária em 2017. O último, junto com “branco” ou “claro” foi banido por várias marcas no verão passado, quando a ascensão do movimento #BlackLivesMatter apontou para a indústria da beleza por denunciar o racismo em suas redes sociais enquanto a perfeição continuava associada à tez clara. Uma situação especialmente premente no mercado asiático, onde os cremes de clareamento são algo básico em todo estojo de beleza e os estereótipos racistas estão normalizados no jargão popular: na China, existe a pele *bai fu mei* (“branca-rica-bonita”) e a *hei chou qiong* (“negra-feia-pobre”).

A apropriação dos discursos feministas à lógica do capital e do mercado acaba, pois, por minimizar os impactos das reivindicações dos movimentos na mudança da sociedade em prol da lógica do consumo. Mesmo diante dos debates sobre empoderamento feminino, autocuidado, amor próprio e autoestima, a pressão estética ainda é uma algema que nos prende a padrões de beleza pré-estabelecidos, os quais devemos seguir, como vimos na ênfase dada nas matérias jornalísticas às características físicas de minha tia, em

25 Movimentos que buscaram conectar empresárias e consumidoras negras e/ou da comunidade LGBTI, respectivamente (ANDRADE, 2020). Todavia, tornou-se mote para empresas que tem compromisso com lucro, não com a justiça social.

detrimento do crime em si. Desde pequenas somos atropeladas por representações de feminilidade e beleza que nos fazem estar sempre insatisfeitas e inseguras com nossos corpos, podendo gerar, inclusive, distúrbios alimentares e doenças. Basta dizer que o Brasil ocupa o topo na lista de cirurgias plásticas estéticas:

O Brasil é líder mundial no ranking de cirurgias plásticas em jovens. De acordo com dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), dos quase 1,5 milhão de procedimentos estéticos feitos em 2016, 97 mil (6,6%) foram realizados em pessoas com até 18 anos de idade. Entre as justificativas para o quadro está a insatisfação com a própria imagem e, segundo o psicólogo Michel da Matta Simões, pesquisador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, boa parte é motivada por demandas sociais “que exigem dessas pessoas mais do que elas podem ou se sentem capazes de oferecer” (LOURENÇO, 2021).

Diante o exposto, concordo com Campos (2010), quando afirmou que a beleza é a principal preocupação feminina, seguida do corpo e da inteligência. Baseada em uma perspectiva de feminino e masculino performados a partir do sexo biológico, concluiu em seu estudo que há a naturalização da ideia de que os cuidados com a beleza são “coisas de mulher”, portanto, expressam a feminilidade, e agradam aos homens. A gordofobia, ou seja, a aversão às pessoas que estão acima do peso, é uma das expressões comuns da pressão estética que sofrem as mulheres, de forma que estas tendem a buscar o corpo perfeito, com base em critérios externos e que não contemplam sua etnia, sua origem, tampouco sua genética. Tanto ela quanto outras formas de pressão estética geram gastos excessivos com tratamentos, cosméticos, que muitas vezes acabam por comprometer, inclusive, parte da renda das mulheres. Alexandra Gurgel, em entrevista à Giuliana Mesquita (2019) ressalta que

Quando a gente pensa na nossa sociedade, que é patriarcal, percebemos que o machismo é a raiz do problema. Os homens veem a mulher como objeto e como algo a ser possuído. A mulher tem que ser subjugada ao homem e o olhar que importa é aquele do homem sobre ela. Essa pressão existe de qualquer jeito, a pressão para ser perfeita. Há um padrão para ser seguido e quem se aproxima mais dele é mais bonito.

Tais opressões são mais severas sobre as mulheres da classe trabalhadora, que ainda acumulam privações financeiras, condições precárias de trabalho, baixos salários, subocu-

pações, encontram-se desempregadas ou no mercado informal. Elas quem são as maiores responsáveis pelos cuidados com a casa e os filhos. Segundo dados do IBGE (2021), as mulheres dedicaram em 2019 quase o dobro de tempo que os homens a tais afazeres (21,4 horas contra 11,0 horas). Se voltarmos a recortar este dado, com base na raça, observamos que as mulheres pretas ou pardas foram as mais envolvidas com os cuidados e os afazeres domésticos (22,0 horas contra 20,7 horas) neste período.

A relação entre trabalho formal e trabalho não-remunerado, bem como a diferença na renda de cada mulher vai influenciar outras questões, como a possibilidade de pagar creches e/ou trabalho doméstico remunerado, ou ter que abdicar de parte da jornada de trabalho para cumprir tal papel. Todas essas situações atravessam a vida das mulheres, tendo maior impacto na vida das mais pobres e das mulheres pardas ou pretas. O nível de ocupação das pessoas de 25 a 49 anos de idade, com crianças de até 3 anos, é de 54,6% de mulheres e 89,2% de homens. Quando não há presença de crianças de até 3 anos, as mulheres ocupam um percentual de 67,2% e há uma pequena queda no percentual de ocupação dos homens que passa para 83,4%. As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação, menos de 50% (IBGE, 2021). Diante tal realidade, percebemos que somos nós as maiores impactadas pela existência de nossos filhos. Insere-se aqui a necessidade de considerarmos as discussões sobre o direito ao próprio corpo, o aborto e o feminismo matricêntrico. Neste sentido, retomo Burigo (2017), quando afirma que “[...] a maternidade é pauta feminista porque poucas coisas são, ao mesmo tempo, tão pessoais como políticas, tão privadas quanto feitas públicas, tão íntimas quão sociais, e tão radicadas em corpos de mulheres”.

Como vimos nos dados apresentados, a mulher que tem filhos, além de ser excluída de oportunidades profissionais e acadêmicas, acaba sendo ainda mais explorada na sociedade, devido às múltiplas tarefas que acumula. Neste sentido, Andrea O’Reilly (2016), apresentou-nos um feminismo que dialoga com as vivências das mulheres-mães, que traz para o campo político suas reivindicações por direitos. Este feminismo matricêntrico problematiza o próprio entendimento de maternidade, referenciado na perspectiva biológica, que ressalta a existência de uma predisposição natural e compulsória que nos impele à

maternidade. Ao rechaçar o instinto materno e a obrigatoriedade de todas as mulheres serem mães, propõe o conceito de maternagem para explicitar as práticas de cuidados e afetos entre mães e filhos, que são tangenciadas pelas múltiplas inserções da mulher em diferentes espaços e tempos sociais.

Da mesma forma, são necessárias as discussões sobre o direito ao próprio corpo e ao aborto seguro. Sabemos que tais debates são extremamente problemáticos em nosso país, devido à carga religiosa e moral que são direcionadas a tais temáticas. Não é por menos que o primeiro anticoncepcional oral foi comercializado no Brasil apenas em 1962, dois anos após ter sido criado nos Estados Unidos, em sigilo, por ser proibido o uso de métodos contraceptivos. O direito da mulher nunca foi considerado, uma vez que a própria ideia de família tal qual nos foi apresentada, fora criada com base nas necessidades oriundas da transição do mundo feudal para o capitalismo. Isto se expressou na reorganização do trabalho doméstico, na vida familiar, na criação dos filhos e na sexualidade feminina, assim como nos vínculos entre produção e reprodução no contexto europeu dos séculos XVI e XVII (FEDERICI, 2017). Neste sentido, séculos depois, a pílula anticoncepcional representou uma nova etapa na reorganização da vida familiar, uma maior liberalização da sexualidade feminina, mas trouxe consigo toda a discussão sobre a politização que envolve o sexo, o corpo feminino e as necessidades da sociedade capitalista, pautada em princípios patriarcais, posto que

[...] quando acordos internacionais exigiam a redução da natalidade de países de terceiro mundo, como o Brasil. Era também de sexo que se falava, quando a Igreja Católica publicava documentos como a *Humanae Vitae*, decidindo pelos casais quais os métodos que estes poderiam utilizar para planejar o número de filhos que desejavam ter (PEDRO, 2003, p. 239).

Se falar sobre métodos contraceptivos, como pílulas e preservativos, ainda é tabu, imagine falar sobre aborto. No Brasil, o aborto induzido é considerado crime pelo Código Penal²⁶, podendo a mulher ser punida por tal prática. É permitido apenas em três situações específicas: quando o feto é resultante de estupro, quando a gestação põe em risco a vida

26 Entre os artigos 124 e 128 da Lei nº 2.848/1940 (com as devidas atualizações), prevendo pena de reclusão para a gestante, inclusive.

da mulher, ou quando o feto é anencefálico. Porém, mesmo nestes casos, a mulher costuma ser moralmente coagida a levar a gravidez adiante, por pressões predominantemente religiosas. É de 2020 a história de uma menina de 10 anos, estuprada pelo próprio tio, que teve que seguir do Espírito Santo para outro estado para conseguir realizar o aborto, que lhe é um direito garantido legalmente²⁷. Grupos em “defesa da vida” chamaram a menina e o médico de assassinos, divulgaram sua identidade e endereço, culpabilizando a vítima – uma criança – por ter sofrido pedofilia e estupro. Sobre o estuprador? Tais grupos não lhe direcionaram xingamentos.

Mesmo não sendo permitido legalmente, o aborto acontece. Entre mulheres ricas, escondidos sob a fachada de clínicas de estética e repouso ou em viagens para países em que tal prática é permitida. Entre as mulheres mais pobres, das formas mais precárias e absurdas possíveis, que colocam em risco suas próprias vidas. Comumente, são homens brancos e ricos que decidem sobre nossas vidas, nossos corpos e nossos úteros. Segundo pesquisa realizada no ano passado,

Embora os dados oficiais de saúde não permitam uma estimativa do número de abortos no país, foi possível traçar um perfil de mulheres em maior risco de óbito por aborto: as de cor preta e as indígenas, de baixa escolaridade, com menos de 14 e mais de 40 anos, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, e sem companheiro (CARDOSO, VIEIRA, SARACENI, 2020, p. 1).

Chegamos a outro dado relevante: a taxa de escolaridade das mulheres e suas relações com a vulnerabilidade social – como vimos no caso de vítimas do aborto – e com a colocação profissional e acadêmica. A maioria da população acima de 25 anos ou mais com ensino superior completo é de 19,4% de mulheres e 15,1% de homens. Mesmo com melhor formação, são os homens que ocupam a maior parte dos cargos gerenciais: 62,6% contra 37,4%. São também os homens que recebem melhor remuneração; as mulheres receberam 77,7% do seu rendimento médio. Se falamos sobre a ocupação de cargos de diretoria e gerência, ou de atividades intelectuais, as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens. Embora mais escolarizadas, as mulheres ainda são minoria entre os docentes do ensino superior (46,8%). Na esfera política, essa

27 Disponível em: <<https://exame.com/brasil/por-que-crianca-de-10-anos-teve-aborto-autorizado-mas-acesso-dificultado/>>. Acesso em: 03.jun.2021.

diferença é ainda mais assustadora, pois representamos apenas 16% dos vereadores eleitos em todo o Brasil, sendo que as pretas e pardas apenas representam, respectivamente, 5,3% e 33,8% das mulheres na população em 2020 (IBGE, 2021).

Diante todos os dados, discussões e contradições apresentadas, pergunto-me: será que se minha tia fosse uma mulher negra, de meia idade, gorda, desempregada ou “do lar” o seu caso seria amplamente noticiado pelos jornais? Se não fosse a filha de um jornalista influente, mas de um trabalhador manual analfabeto, sua morte teria espaço nos jornais locais por tantos meses? Se mesmo com todas as características físicas que a colocaram no padrão estético esperado para uma mulher como produto a ser consumido, a ocupação deste lugar de forma diferenciada dos papéis socialmente aceitos para a mulher “de família” – casada, mãe, subserviente e sexualmente reprimida – resultaram em seu assassinato, imagine para as que já são diariamente invisibilizadas por sua cor, classe social ou mesmo que não correspondem aos padrões heterocisnormativos de gênero e sexualidades – como é o caso das mulheres lésbicas, trans e travestis. O que seriam delas? O que tem sido feito com elas, cotidianamente?

Um exemplo muito recente se refere às ameaças que as 28 vereadoras eleitas no último pleito, em 2020, mulheres transexuais e travestis, sofreram desde a campanha e depois de assumirem seus mandatos. Apesar desta última eleição ter aumentado a representação das mulheres nos espaços legislativos, tornou pública também as diferentes formas de violência às quais estão expostas em seu cotidiano. São muitas ameaças, pelo fato de serem mulheres e também por serem consideradas “abjetas” (ANTRA, 2021) por parte da sociedade, que vê os corpos diferentes como aberrações e como anormais. Em nota, a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, expõe em sua página eletrônica tal problema, ao se solidarizar com a vereadora Lins Robalo (PT/RS):

Em recente pesquisa realizada sobre a violência política contra parlamentares trans, 80% das pessoas trans eleitas relataram não se sentirem seguras para o exercício do seu cargo e temos visto diversos casos ganharem a esfera pública sem que o estado esteja atuando para a defesa de nossas representações. Diante de mais esse caso contra uma vereadora trans, destacamos que o Brasil é um dos países que mais viola direitos e assassina defensores de direitos de humanos do mundo. E ao observar o cenário complexo em que pessoas trans são colocadas

pela omissão do estado, viver em plenitude se constitui como um grande desafio diante da falta de ações para proteger a vida dessas pessoas, assim como a devida atuação de defensores de direitos humanos e na mesma medida garantir do exercício do cargo parlamentar, sem ser submetida a *CISTemática* violência que são destinadas as pessoas trans, incluindo violências motivadas por questões de gênero e raça, no caso específico dos ataques e violência política contra parlamentares trans negras.

Da mesma forma que Lins, Benny Brioli (PSOL/RJ), vereadora com maior número de votos em Niterói, teve que sair do país recentemente, retornando apenas quando autorizada a receber escolta policial. Acirra-se para essas mulheres a violência de gênero por meio de ações transfóbicas, oriundas da mesma sociedade machista e misógina. A perseguição e as agressões são ainda mais severas quando se trata de mulheres trans negras e filiadas a partidos de esquerda. Segundo o boletim 01/2021, da ANTRA (2021):

Dados parciais de 2021 indicam que assassinatos contra pessoas trans estão acontecendo mais precocemente, contra vítimas cada vez mais jovens e com maior violência, e seguem com números altos apesar da pandemia como já vínhamos denunciando desde o ano passado. Em 2020, a ANTRA encontrou um número recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans. Um total de 175 casos foram mapeados contra 44 nos Estados Unidos. Já em 2021, nos quatro primeiros meses, enquanto nos EUA foram 19 pessoas trans assassinadas, no Brasil chegamos a triste marca de 56 assassinatos – sendo 54 mulheres trans/Travestis e 2 homens trans/transmasculinos. São inúmeros os casos que apresentaram requintes de crueldade e uso excessivo de força, e espancamentos – indicativos de se tratarem de crimes de ódio. Tendo sido encontrados ainda 5 casos de suicídio, 17 tentativas de assassinatos e 18 violações de direitos humanos contra pessoas trans, no mesmo período.

Mais uma vez resgato em Butler (2003) a performatividade de gênero que faz com que estes corpos sejam vistos como anomalias, uma vez que o sexo biológico – a genitália – não tem correspondência com a forma com a qual a pessoa se percebe no mundo. Desta forma, todos que se percebem para além do sistema heterocisnormativo, ou seja, não possuem gêneros coerentes (TOSTA; DALTI, 2013, p. 223), ou nele se enquadram, sofrem por serem reconhecidos como aberrações. Por tal motivo, a expectativa de vida destas mulheres é extremamente baixa: 35 anos de idade. Muitas são assassinadas diretamente, outras indiretamente, por ações e/ou omissões que vivem ao longo de suas vidas: evasão escolar (prefiro dizer expulsão, pois acabam por abandonar a escola por serem vítimas constantes de *bullying* e outras situações de humilhação e desrespeito),

desemprego, prostituição, estupros coletivos, miséria, falta de cuidados médicos, abandono familiar, entre tantas outras violações.

E não paramos por aqui, infelizmente. A falsa ideia da supremacia do homem sobre as mulheres segue fazendo seu *trottoir*. O Brasil é o país em que mais morrem mulheres grávidas e no puerpério, vítimas da COVID-19; as mulheres negras morrem duas vezes mais do que as mulheres brancas²⁸. A primeira vítima de COVID-19 em nosso país foi uma mulher negra de 63 anos, empregada doméstica de uma casa na qual seus patrões haviam retornado da Europa²⁹. Há mulheres que vivem o que chamamos de *pobreza menstrual*, tema abordado muito recentemente, que dá conta de mulheres em situação de rua, pobreza extrema, ou vivendo em presídios que não dispõem da infraestrutura e dos cuidados de higiene necessários ao período menstrual. Muitas acabam por usar miolo de pão, jornais e outros recursos para minimizar o sangramento comum neste período. Projetos de lei que se encontravam em tramitação desde 2019 foram objeto de deboche do ex-ministro da educação, ao escrever em redes sociais a seguinte nota: “A nova esquerda (colar de pérolas e financiada por monopolistas) quer gastar R\$ 5 bilhões (elevando impostos) para fornecer ‘gratuitamente’ absorventes femininos. Como será o nome da nova estatal? CHICOBÉRÁS? MenstruaBR?” (CATRACA LIVRE, 2020).

Para além da violência e da desconsideração para com os problemas que não diziam respeito à pasta, tampouco à sua vida, o então ministro também cometeu violência política, fato muito comum entre as mulheres que ocupam cargos eletivos. Os exemplos das mulheres trans acima descritos são emblemáticos, bem como outros que já acompanhamos e que são sempre minimizados pela mídia e opinião pública, como o assédio sexual sofrido no final de 2020 pela deputada estadual Isa Penna³⁰ (PSOL/SP); as várias interrupções nos discursos de parlamentares mulheres por homens, muito comuns e visibilizadas com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19³¹, no ano em curso;

28 Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-03-29/brasil-o-pior-pais-do-mundo-para-as-mulheres-negras-gravidas.html>>. Acesso em: 02.jun.2021.

29 Disponível em: <<https://www.informasus.ufscar.br/por-que-as-pessoas-negras-sao-as-que-morrem-mais-de-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em: 02.jun.2021.

30 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/isa-penna-recorre-a-justica-para-que-deputado-que-a-apalpou-possa-ser-punido-com-cassacao.shtml>>. Acesso em: 02.jun.2021.

31 Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/31/interna_politica,1271825/senadora-simone-tebet-as-mulheres-nao-tem-vez-na-cpi.shtml>. Acesso em: 02.jun.2021.

os diversos casos relatados no livro “Sempre foi sobre nós. Relatos da violência política de gênero no Brasil”, organizado por Manuela D’Ávila (2021), com vários depoimentos, dentre eles o da ex-Presidenta Dilma Rousseff. A própria Manuela trouxe à público relatos de diferentes períodos de sua trajetória política em que foi vítima de crimes de ódio e de divulgação de *fake news*³², que se intensificaram após sua pré-candidatura à presidência e, posteriormente, à vice-presidência, em 2018. Desde críticas ao amamentar sua filha em sessões plenárias, quando deputada, ou quando rodou o Brasil, na pré-candidatura ao Planalto; as várias agressões verbais e físicas sofridas; o fato de ter sido vítima de *manterrupting*³³ por 62 vezes em um programa de entrevistas apresentado ao vivo na televisão; quando sofreu diversas ameaças de morte; até chegar ao cúmulo de ver a divulgação de imagens de sua filha, Laura, de apenas 5 anos, ser ameaçada recentemente de estupro³⁴.

Por falar em estupro, este também é um dos maiores pesadelos que nos acompanham. Imersas nesta sociedade machista e misógina, a violência se intensifica em nossa direção, sendo o estupro o terceiro crime mais sofrido pelas mulheres no Brasil. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020, p. 32-35) apontam que no 1º semestre de 2020, houve 25.469 casos de estupro, sendo que desse total 22.201 são mulheres. Os dados se subdividem em estupro (dos 8.182 casos, 7.455 são mulheres) e estupro de vulnerável (dos 17.287 casos, 14.746 são de meninas e/ou mulheres doentes, idosas ou incapazes). Os crimes de estupro contra mulheres só perdem para os de ameaça (238.174 casos no 1º semestre de 2020) e lesão corporal dolosa (110.791, no mesmo período). Isso demonstra que nenhuma de nós tem paz, desde que nascemos, com o sexo biológico feminino, ou após nos entendermos como mulheres:

No Brasil, as mulheres correm muito perigo. Além da violência contra a mulher ter um aumento significativo durante a pandemia, dados da edição de 2020 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que 181 estupros são registrados por dia no país. Segundo o levantamento, no ano passado foram

32 Sugiro a leitura de “E se fosse você? Sobrevivendo às redes de ódio e fake news”. Nele Manuela D’Ávila problematiza tais crimes e relata como estes afetaram e ainda afetam sua vida e de sua família (D’ÁVILA, 2020).

33 Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/assista-ao-video-com-as-62-interruptoes-de-manuela-davilla-no-roda-viva/>>. Acesso em: 07.jun.2021. Cabe ressaltar que *manterrupting* é definida comumente como a prática de homens interromperem as falas de mulheres.

34 Disponível em: <<https://istoe.com.br/manuela-davila-afirma-que-filha-de-5-anos-recebeu-ameacas-de-estupro/>>. Acesso em: 03.jun.2021.

66.123 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável nas delegacias de polícia. A maior parte das vítimas é do sexo feminino (85,7%). O relatório mostra uma triste realidade: 57,9% das vítimas de estupro no Brasil tinham no máximo 13 anos. 18,7% das vítimas tinham entre 5 e 9 anos de idade, e 11,2% eram bebês de zero a 4 anos. Em 84,1% dos casos, o criminoso era conhecido da vítima: familiares ou pessoas de confiança. No último ano, houve um crescimento de 7,1% em relação aos casos de feminicídio também. As vítimas, em sua maioria, eram negras (66,6%); tinham entre 20 e 39 anos (56,2%); e foram mortas pelos companheiros ou ex-companheiros (89,9%). Sobre a violência doméstica, em 2019, uma agressão física era registrada a cada 2 minutos. Ao longo do ano, foram 266.310 ocorrências de lesão corporal dolosa em decorrência de violência doméstica (GARCIA, 2020).

O pior é que tal crime hediondo é ainda justificado por parcela significativa de nossa sociedade, que entende que a vítima de estupro provocou, pediu, bebeu, ou estava na rua em horário inadequado. Quando afirmo que parcela significativa faz uso de tais argumentos, refiro-me a um entre cada três brasileiros, segundo pesquisa realizada em 2016³⁵. Este traço constitui o que chamamos de cultura do estupro, sendo utilizado para descrever a naturalização com a qual a mídia e a cultura popular tratam a violência sexual contra as mulheres. Quem não lembra de uma moça carioca de 16 anos, vítima de estupro coletivo em 2016, cometido por 33 homens, que além de filmarem, veicularam as imagens desta violência na mídia. A moça foi revitimizada, pois sofreu diversas humilhações, inclusive do próprio delegado do caso, críticas e até ameaças de morte³⁶. E do caso da *influencer* Mariana Ferrer, exposta e humilhada em seu julgamento, sendo o réu acusado de uma espécie de estupro culposos, uma vez que, segundo o advogado de defesa, o seu cliente não teve a intenção de estuprá-la³⁷? Somos, pois, objetificadas na vida e na cama, uma vez que

[...] inevitavelmente nos tornamos o objeto sobre o qual os homens descarregam sua violência reprimida. Somos estupradas, tanto em nossa cama quanto na rua, precisamente porque fomos configuradas para ser as provedoras da satisfação sexual, as válvulas de escape para tudo o que dá errado na vida dos homens, e os homens têm sido sempre autorizados a voltar seu ódio contra nós se não estivermos à altura do papel, particularmente quando nos recusamos a executá-lo (FEDERICI, 2019, p. 57).

35 Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/um-em-cada-3-brasileiros-culpa-vitima-em-casos-de-estupro-diz-datafolha.html>>. Acesso em: 03.jun.2021.

36 Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/06/6-coisas-que-voce-precisa-entender-sobre-cultura-do-estupro.html>>. Acesso em: 03.jun.2021.

37 Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposos/>>. Acesso em: 03.jun.2021.

Desta forma, a mulher acaba por ser culpabilizada pela violência que sofreu. E assim é feita nossa socialização, desde pequenas, ouvindo frases como “prendam suas cabras, que meus bodes estão soltos!”. Vamos crescendo, ouvindo que se alguém gritou conosco é para nosso próprio bem, que devemos nos comportar e não andar com roupas curtas para não provocarmos os olhares e desejos masculinos, que devemos sair cedo dos lugares para não correremos perigo de sermos atacadas, que não podemos beber ou sorrir para não darmos confiança excessiva aos homens, que podem confundir simpatia com interesse sexual; ou que podem desconhecer que uma mulher inconsciente não consente com o ato sexual. Não é inadvertido o fato de um colégio católico³⁸ ter feito em suas redes sociais a seguinte postagem:

Sim, essa publicação foi feita em junho de 2021 por uma escola. Sim, a escola chamou meninas de *sedutoras*, *pecadoras*. Foi retirada após várias manifestações públicas contra a sua postagem. Sim, não é mito, existe uma cultura que justifica e legitima o machismo. Sim, eu também passei por isso: uma vez, quando eu tinha entre 12 e 13 anos, voltava da escola em um trans-

38 Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/06/4928370-colegio-faz-postagem-responsabilizando-mulheres-por-serem-estupradas.html>>. Acesso em: 03.jun.2021.

porte público, e estava sentada no banco, próxima à janela. Ao meu lado se sentou um senhor de short, que se coçava muito. Quando olhei para o lado, ele estava com o pênis para fora do short, masturbando-se. Eu fiquei em pânico, sem saber o que fazer. Minha primeira reação foi descer do ônibus, o que poderia ter sido um erro grave, caso o homem me seguisse. Eu estava com medo e muita vergonha. Não tive coragem, por muito tempo, de contar isso para ninguém, pois eu me sentia, de certa forma, culpada por aquilo ter acontecido. Não era noite, eu estava em um transporte público, não conversei nem sorri para o desconhecido, estava de uniforme (calça e *t-shirt*). Não havia discussões em minha escola sobre feminismo, direitos humanos, violência contra a mulher, estupro. Toda mulher tem pelo menos um caso para contar sobre algum tipo de violência ou importunação sexual que tenha sofrido. Infelizmente.

É tão visível a existência da cultura do estupro, da legitimação e naturalização da violência contra as mulheres, que, inclusive, o atual Presidente da República do Brasil, dentre as tantas falas misóginas, machistas, racistas, lesbofóbicas e homotransfóbicas, certa vez, quando ainda deputado federal em 2016, disse à também deputada Maria do Rosário que não a estuprava porque ela não merecia, por ser ruim e feia³⁹. Em 2011 disse à cantora Preta Gil que nenhum filho seu teria relacionamento com mulheres negras: “Ô Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco porque meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu”. Já no ano seguinte, fez a seguinte afirmação: “Todo mundo ia atrás de galinha no galinheiro na minha cidade. Alguns mais malandros, iam atrás da bezerrinha, da jumentinha. Era comum. Não tinha mulher como tem hoje”. Em 2014 evidenciou suas concepções sobre as mulheres no mercado de trabalho: “Eu tenho pena do empresário no Brasil [...] Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? ‘Poxa, essa mulher está com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade’⁴⁰. Em 2017, fez uma “piada” sobre sua própria filha: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”⁴¹. Já como pré-candidato à presidência, em janeiro de 2018, afirmou que usava o auxílio-moradia para “comer gen-

39 Disponível em: <https://istoe.com.br/395929_NAO+ESTUPRO+PORQUE+VOCE+NAO+ME-RECE+DIZ+BOLSONARO+A+MARIA+DO+ROSARIO/>. Acesso em: 03.jun.2021.

40 Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/treze-frases-de-bolsonaro-de-natureza-sexual-e-machista/>>. Acesso em: 03.jun.2021.

41 Disponível em: <<https://exame.com/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 03.jun.2021.

te”⁴². Quando, já presidente, convidou estrangeiros a virem ao Brasil da seguinte forma: “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”⁴³.

Como mostramos no parágrafo anterior, tais características não foram evidenciadas após sua eleição para o Planalto, ao contrário, acompanharam toda sua extensa, porém exígua atividade na vida pública. O eleitorado que nele votou estava ciente e em concorrência com tais posturas, e isso confirma todos os argumentos até aqui problematizados. Para além de todas essas falas, legitimadas na figura da autoridade máxima de nosso país, as práticas de crimes de tortura e feminicídio também são por ele constantemente legítimas, corroborando o machismo estrutural e a violência política que vitimiza muitas de nós. Na votação do processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, terminou seu discurso da seguinte forma: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”⁴⁴. Crítico aos direitos humanos e das pessoas que o defendem, disse diversas vezes que nunca tinha “ouvido falar” da vereadora Marielle Franco: “Eu conheci a Marielle depois que ela foi assassinada. Mas também estou interessado em saber quem mandou me matar”⁴⁵, minimizando o feminicídio político que a levou de nosso convívio. Usamos aqui a expressão feminicídio político cunhada por Renata Souza (2020, p. 11-12) e reconhecida juridicamente em 2020, quando foi recusada a federalização das investigações do assassinato da então vereadora. Assim, tal categoria

[...] expressa a caracterização do conjunto de violências sofridas por mulheres como Marielle, que deságua na retirada de suas vidas. Esse conceito trafega entre a práxis e a teoria social, econômica e política, e qualifica, categoriza e denomina o que de fato representa a execução sumária de Marielle Franco para a sociedade. Reconhecê-lo como tal é uma questão de vida para as mulheres e um renascimento histórico, político, social e epistemológico para Marielle.

42 Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/01/12/interna_politica,930477/bolsonaro-diz-que-usou-auxilio-moradia-para-comer-gente.shtml>. Acesso em: 03.jun.2021

43 Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/jair-bolsonaro-brasil-paraiso-gay.html>>. Acesso em: 03.jun.2021.

44 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb>. Acesso em: 03.jun.2021.

45 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/12/interna_politica,742453/bolsonaro-tambem-estou-interessado-em-saber-quem-mandou-me-matar.shtml>. Acesso em: 03.jun.2021.

Para evitar novos feminicídios políticos, parlamentares como a deputada federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) tiveram que mudar suas rotinas, seus endereços e toda sua vida após sofrerem várias ameaças de morte. Talíria é natural de Niterói, como minha tia e como Benny Brioli, citada anteriormente, que foi sua assessora parlamentar quando ainda atuava na Câmara Municipal de Niterói.

A análise das reportagens sobre o “Caso Regina Célia” nos mostrou como o machismo é parte da estrutura de nossa sociedade. A descrição excessiva dos atributos físicos, o questionamento dos relacionamentos amorosos, o julgamento moral, a posição social de sua família, todos estes aspectos foram mais enfatizados do que o próprio crime. Em todos os outros casos que trouxe aqui, os mesmos elementos se apresentam, em maior ou menor medida. No caso dos homens citados, a profissão e posição social foram as primeiras caracterizações apresentadas, mesmo que estes fossem os assassinos. Apesar de vilipendiarem a memória das mulheres vítimas de feminicídio, de distorcerem a história das mulheres que passaram por situações de violência, de revitimizarem e exporem as mulheres, em qualquer situação, sempre haverá vozes dissonantes, vozes de outras mulheres. Estamos aprendendo sobre sororidade, cada dia mais. Como eu, que vi em minha tia um tanto do que vivo e que vejo outras tantas mulheres serem silenciadas e mortas. Para cada uma que tiver sua voz ou sua existência interrompidas, outras tantas levantarão a voz. Existem narrativas que sequer tem espaço. São completamente silenciadas. Apagadas. Esquecidas. Não permitiremos mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] O ensejo a fez tão prendada/ Ela foi educada pra cuidar e servir/ De costume, esquecia-se dela/ Sempre a última a sair/ Disfarça e segue em frente/ Todo dia até cansar/ E eis que de repente ela/ resolve então mudar/Vira a mesa, assume o jogo/ Faz questão de se cuidar/ Nem serva, nem objeto/ Já não quer ser o outro/ Hoje ela é um também⁴⁶.

De quantas formas é possível matar uma mulher? Aqui, apresentei algumas, muito comuns: por agressão física, por jogá-la do 14º andar de um prédio, por esquartejamento, por estupro, por empalamento, por fome, por abandono, por negligência, por fuzilamento – por feminicídio. Há outras, simbólicas, porém tão cruéis quanto as físicas: esquecimento, difamação. Todas são comuns, naturalizadas, desconsideradas, minimizadas e apagadas.

“Mais um homicídio de um jovem que pode estar entrando para a conta da PM. Matheus Melo estava saindo da igreja. Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”, disse no *twitter* a vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco na véspera de ser assassinada a tiros, em 14 de março de 2018, fazendo com que até hoje – mais de 3 anos depois – ainda nos perguntemos “quem mandou matar Marielle?”. Neste trecho, ela não falava especificamente das muitas mortes de mulheres brasileiras, mas da juventude negra periférica. Agora, em 2021, após outras tantas mortes de crianças e jovens negros e periféricos, mais uma jovem mulher negra é vítima da guerra descrita por Marielle. Kathlen “foi morta aos 24 anos em meio a uma ação policial em Lins de Vasconcelos, na zona norte do Rio de Janeiro. Curiosamente, o bairro é um dos poucos onde ainda há Unidade de Polícia Pacificadora, a UPP”. Mais uma jovem periférica. Mais uma mulher. Uma mulher grávida. Segundo Olliveira (2021)

Nos últimos cinco anos, 15 grávidas foram baleadas no Grande Rio, segundo dados do Instituto Fogo Cruzado. Além de Kathlen, outras sete mulheres não resistiram aos ferimentos e morreram. Houve ainda 10 bebês baleados quando ainda estavam na barriga das mães — só um deles sobreviveu.

Marielle escreveu sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em sua dissertação de mestrado, na qual fez uma análise da redução da favela e das políticas de segurança à perspectiva de um Estado penal (SILVA, 2014). Marielle concluiu seu mestrado em Niterói, na mesma

46 Música “Desconstruindo Amélia”. Compositores: Martin Andrade De Mendonca / Priscilla Novaes Leone (Pitty).

universidade em que eu construí minha formação acadêmica e na qual atuo como professora. Marielle foi assassinada duas vezes. Após seu feminicídio político, sua memória também foi vilipendiada nas redes sociais, por meio da disseminação de *fake news* que justificavam o injustificável, chamando-a de “mulher de bandido” ou “defensora de bandidos”. Julgamentos morais com base religiosa também recaíram sobre seu feminicídio como “ato da justiça divina”, por ser lésbica ou por ser “aquela dos direitos humanos”. Muitas histórias se encontram, muitas histórias, infelizmente, repetem-se. Pergunto-me: quantas vamos ter que morrer para que este ódio contra nós, mulheres – diversas, em *espaçotempos* distintos – acabe?

Por que tantas mulheres ainda são humilhadas, ameaçadas de morte, ou são mortas como Marielle? São Talírias, Bennys, Lins, Erikas, Dandaras, Samaras, Carolinas, Ana Lúcias, Dilmás, Manuelas, Cleonices, Lidianes, Nair, Marias, Glórias, Wandecys, Vivianes. Mulheres que trabalham, cuidam, amam, posicionam-se, transgridem. Mulheres que, em sua maioria, trazem em seus corpos as marcas que a nossa sociedade não tolera – negras, oriundas das classes populares, trans ou travestis, de esquerda. Tem rostos, corpos, lutas, ideias, projetos, sonhos. São múltiplas e singulares. Resgato em Elza Soares e Pitty⁴⁷ um pouco das marcas que trazem em si. Das marcas que trago em mim:

Olhe dentro dos meus olhos/ Olhe bem pra minha cara/ Você vê que eu vivi muito/ Você pensa que eu nem vi nada/ Olhe bem pra essa curva/ Do meu riso raso e roto/ Veja essa boca muda/ Disfarçando o desgosto/ A vida tem sido água/ Fazendo caminhos esguios/ Se abrindo em veios e vales/ Na pele, leite de rio [...] Contemple o desenho fundo/ Dessas minhas jovens rugas/ Conquistadas a duras penas/ Entre aventuras e fugas/ Observe a face turva/ O olhar tentado e atento/ Se essas são marcas externas/ Imagine as de dentro [...].

Assim como essa música, as epígrafes apresentadas neste ensaio falam muito dos lugares que historicamente ocupamos como mulheres. Dialogam com meu processo de me construir como mulher, de reconhecer minha mãe e minhas avós em mim, perceber minha memória de linhagem, e de me colocar no mundo como mulher feminista. Eu sou a síntese de nós, singularidade no coletivo. Eu sou porque nós somos. Somos as bruxas que escaparam da fogueira, mas que a sociedade continua tentando julgar e queimar. Somos as mal-amadas, infelizes, deprimidas, loucas e egoístas só porque ousamos falar, contestar, discutir, ocupar lugares e demonstrar indig-

47 Música “Na pele”. Composição de Priscilla Novaes Leone (Pitty).

nação ante as imposições às quais não mais nos submeteremos. Somos as cansadas, lamuriosas, que acumulamos jornadas de trabalho assalariado e não-remunerado, as responsáveis pelos afazeres domésticos e pelos cuidados e que reclamamos a divisão das tarefas de forma igualitária e justa. Somos as que não mais seremos o outro em relação aos homens, não seremos seus objetos; ao contrário, donas de nossas histórias, dos nossos mapas, das nossas rotas, reescrevemos diariamente o que chamavam de destino. Somos as que ocuparão cada vez mais os diversos espaços públicos, levando e levantando a nossa voz. Cada vez mais entendemos que o privado é político, e por isso estamos e estaremos em todas as partes.

Que não precisemos continuar carregando o vazio que muitas que nos antecederam sentiram, ou que ainda sentimos em 2021, por não nos curvamos, não nos adequarmos, não nos submetermos ao autoritarismo patriarcal. Retomo de Pagu – Patrícia Rehder Galvão – considerada uma mulher à frente de seu tempo (viveu entre 1910 e 1962) a seguinte passagem: “Na nebulosa da infância, a sensitiva já procurava a bondade e a beleza. Mas, a bondade e a beleza são conceitos do homem. E a menina não encontrava a bondade e a beleza onde procurava. Talvez porque já caminhasse fora dos conceitos humanos” (GALVÃO, 2020, p. 10). De Leila Diniz, nascida em uma Niterói dos anos de 1945, trago a seguinte certeza: “Sobre a minha vida, o meu modo de viver, não faço o menor segredo. Sou uma moça livre”⁴⁸.

No momento em que tento finalizar esse texto, buscando cantar nossa liberdade, acabo de ler nas redes sociais que uma mulher foi esfaqueada dentro de uma unidade militar, em Niterói. A Tenente Pâmela foi ferida durante um exercício por um cabo da Marinha do Brasil, cujo nome não foi divulgado. A causa seriam as notas atribuídas a ele pela oficial. Pouquíssima divulgação sobre o caso. Um silêncio ensurdecedor sobre o *agressor*⁴⁹. Mal acabo de almoçar e, neste mesmo dia, mais uma de nós acaba de ser morta. Em um *shopping center*, na mesma cidade em que Pâmela foi esfaqueada pela manhã e que minha tia também foi morta, há 46 anos atrás. Tanto Vitória quanto Pâmela foram esfaqueadas. Seis dias depois, quando retomo a leitura deste ensaio para as correções finais,

48 Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/70-anos-de-leila-diniz-7-frases-revolucionarias-da-atriz-que-desafiaram-o-machismo-no-brasil/>>. Acesso em: 03.jun.2021.

49 Disponível em: <<https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/108146/tenente-e-esfaqueada-em-quartel-da-marinha-de-niteroi>>. Acesso em: 02.jun.2021.

vejo-me obrigada a incluir aqui mais uma mulher vítima de feminicídio. Ana Caroline foi esfaqueada por seu namorado junto com sua família, em sua casa: sua filha de 5 anos, e seus pais. A mãe dela, Leda, tem 63 anos e está em estado grave, com os demais. Ana morreu. Isso aconteceu em São Gonçalo, cidade vizinha à Niterói. Pâmela, uma menina de 5 anos e Leda foram vítimas de tentativa de feminicídio. Vitória, Regina e Ana Caroline foram vítimas de feminicídio, assassinadas por homens que as conheciam, que eram próximos. Vitória, 22 anos, estudante de um curso técnico de enfermagem, trabalhava em uma cafeteria, foi esfaqueada num dos locais mais movimentados da cidade – a praça de alimentação do principal centro comercial de Niterói, onde trabalhava. Embora a manchete informe que “Polícia investiga se homem que matou colega em Niterói por ‘amor não correspondido’⁵⁰”. Regina, 20 anos, secretária em uma seguradora, foi jogada do 14º andar de um prédio em uma das ruas mais movimentadas da mesma cidade. O amante a matou por imprudência, houve uma “tragédia de amor”. Ana Caroline, 29 anos, manicure, foi apresentada pela manchete do jornal da seguinte forma: “Mulher morre após ser esfaqueada em São Gonçalo⁵¹”. Não, sabemos que ela não morreu apenas. Não, sabemos que não existem tragédias de amor. Quantas vezes teremos que repetir que É FEMINICÍDIO, AMOR NÃO MATA! Assim mesmo. Em caixa alta, gritando, para que ouçam, vejam e leiam. E parem. Só parem de nos matar. Parem de atribuir aos assassinos sentimentos de amor. Parem de criar estratégias discursivas para minimizar a crueldade que é tirar a vida de uma mulher pelo ódio que nos é cotidianamente direcionado.

Tristemente vejo que esse ódio voltou a atacar mais uma mulher que não está entre nós para se defender. Mais uma vez voltaram a atribuir à vítima a culpa pelo seu assassinato. Novamente tentam desqualificar a memória de uma mulher, por meio do julgamento de seus atos. Atribuem o feminicídio de Vitória⁵² como castigo por ter zombado do Presidente da República, justificam-no como penitência por ser de esquerda, feminista, por não querer ter um relacionamento

50 Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/02/policia-investiga-se-homem-matou-colega-em-niteroi-por-amor-nao-correspondido-faca-foi-comprada-minutos-antes.ghhtml>>. Acesso em: 02.jun.2021.

51 Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/08/mulher-morre-esfaqueada-e-filha-e-pais-sao-feridos-em-sao-goncalo.ghhtml>>. Acesso em: 09.jun.2021.

52 Disponível em: <<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/108183/vitima-de-feminicidio-em-niteroi-e-atacada-em-rede-social-por-questoes-politicas>>. Acesso em: 04.jun.2021.

com o homem que a assassinou. Atribuem aos seus posicionamentos políticos, sentimentais e sexuais o merecimento de por ter sido brutalmente assassinada. Respiro fundo. Choro. Cada dia é mais difícil seguir. Perfis falsos, com pessoas que julgam, sentenciam, condenam. Serão homens que se acham donos das mulheres, senhores de suas vidas e, portanto, superiores? Homens que foram socializados para pensar que as mulheres são seus objetos? Quantos sonhos interromperam? Quantos ainda irão interromper? Ou serão mulheres, como nós, mas que ainda não se reconhecem como nossas irmãs? Mulheres que ainda dizem que são contra o feminismo? Quando nos darão as mãos?

Que minha tia, que Marielle, que Vitória, que Ana Caroline, que todas as mulheres que foram e ainda são assassinadas, vítimas de feminicídio, não sejam apenas mais um número frio na contagem diária de mais de 3 mulheres mortas pelo simples fato de serem mulheres. A maioria, por pessoas de sua convivência: maridos, namorados, pais, conhecidos, admiradores, adversários políticos. Vamos falar de suas vidas, recontar suas histórias, fazer-nos instrumentos para amplificar suas vozes. Não deixaremos que as silenciem, pois não nos calaremos. Não seremos interrompidas, uma vez que já interromperam suas vidas. Multiplicaremos suas vozes, contando suas histórias. Para cada uma de nós que foi, outras tantas virão, pois viramos sementes: germinamos, crescemos, multiplicamos e florescemos.

Como bem disse Marielle em seu belíssimo e último discurso na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 08 de março de 2018, data em que se “comemora” o dia da mulher, não irão nos interromper. Mesmo longo, tal discurso precisa ser visibilizado por tudo o que sintetiza e o que significa, que ganhou uma triste materialidade com seu assassinato, seis dias depois:

Boa tarde a todas, especialmente nesta data de hoje; boa tarde a todos; saúdo a presidência da Vereadora Tânia Bastos, bem como os demais vereadores desta Casa; saúdo as assessoras e as terceirizadas, neste dia de luta, de resistência. Uma palavra de ordem para a nossa vida, em meio a essa crise: que nós possamos viver com respeito a todas, cada uma com seu corpo, cada uma à sua maneira, cada uma na sua forma de resistência diária! Neste dia 8 de março, ocupando uma das apenas sete cadeiras aqui do Parlamento Municipal, precisamos sempre nos perguntar: o que é ser mulher? **O que cada uma de nós já deixou de fazer ou fez com algum nível de dificuldade pela identidade de gênero, pelo fato de ser**

mulher? A pergunta não é retórica, ela é objetiva, é para refletirmos no dia a dia, no passo a passo de todas as mulheres, no conjunto da maioria da população, como se costuma falar, que infelizmente é sub-representada. Este 8 de março é um marco histórico, um marco em que falamos de flores, lutas e resistências, mas um marco que não começa agora e muito menos é apenas um mês para pautar a centralidade da luta das mulheres. A luta por uma vida digna, a luta pelos direitos humanos, a luta pelo direito à vida das mulheres precisa ser lembrada, e não é de hoje, é de séculos, inclusive com origem em séculos passados, quando nas greves e manifestações, principalmente as russas, no período pré-revolucionário, mulheres lutaram com firmeza, lutaram pelos direitos trabalhistas. Eu fico muito à vontade porque esta Tribuna, este lugar legítimo, que não ocupamos só no 8 de março, é onde podemos falar contra as reformas da Previdência, onde podemos falar sobre a nossa posição em oposição ao Governo Marcelo Crivella, onde podemos falar sobre o processo da intervenção federal. E ocupar este dia no Grande Expediente, na luta por direitos, vem reforçar o simbólico e o objetivo da luta das mulheres. Mas a luta das mulheres começa, como falei, lá atrás, na revolução em que comemoramos, lutamos e reverenciamos, em 2017, um século da luta das mulheres indígenas por demarcação; da luta das irmãs mulheres negras, que vieram antes de nós, que resistiram a tamanho absurdo que foi o período da escravidão; da luta pelo fim de toda forma de opressão, que se reflete no racismo, na misoginia, na luta contra o patriarcado. Assim, seguimos lutando. No dia 5, segunda-feira, foi aniversário de uma mulher que é referência para mim, que disputou o partidão, Rosa Luxemburgo, que era coxa. A história conta que ela figurava ali com 1,50m de altura, ia para a linha de frente do front da luta política do seu momento na história. Se é tempo de outro momento histórico, é tempo, sim, de celebrar o 8 de março; é tempo, sim, de reivindicar que esse 8 de março começa muito antes. Como diria a Rosa, aniversariante do dia 5, nós, mulheres, na nossa diversidade e resistência, lutamos por um mundo no qual sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres. Inclusive neste momento em que a democracia se coloca frágil, quando se questiona se vai ter processo eleitoral ou não, quando vemos todos os escândalos com relação ao Parlamento, falar das mulheres que lutam por outra forma de fazer política no processo democrático é fundamental. Inclusive em tempos em que a justificativa da crise, a precarização, a dificuldade da vida das mulheres são apresentadas, mas tudo com muita dificuldade real. Tempo da escola. Onde estão as vagas apresentadas pelo Prefeito Marcelo Crivella, que seriam ampliadas na creche? Onde estão as educadoras e os educadores aprovados em concurso que ainda não foram chamados? Como ficam as crianças que, nesse período de intervenção... (O Sr. Vereador Italo Ciba entrega uma flor à Sra. Vereadora Marielle Franco) A SRA. MARIELLE FRANCO – Não vem me interromper agora, não é? **Homem fazendo “homice”**. Meu Deus do céu. Obrigada, Italo. Muito obrigada! Amém. Obrigada. Obrigada aos

vereadores. Como falei antes, e falava na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no dia de hoje, as rosas da resistência nascem do asfalto. Nós recebemos rosas, mas também estaremos com os punhos cerrados, falando do nosso lugar de vida e resistência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas. Até porque não é uma questão do momento atual. O vereador, na última semana que falava sobre o processo de violência sofrido pelas mulheres no Carnaval, me questionava de onde eu tirava os dados apresentados. As mulheres, quando saem às ruas, na manifestação, do 8 de março, daqui a pouco na Candelária, fazem porque, entre 83 países, o Brasil é o sétimo mais violento. Volto a repetir, dados da Organização Mundial da Saúde. Esse quadro segue piorando, aumentando 6,5 % no último ano. Por dia, são 12 mulheres assassinadas no Brasil. O último dado que temos no Estado do Rio de Janeiro é de 13 estupros por dia. Essa é a relação com a violência contra as mulheres! Tem um senhor que está defendendo a ditadura e falando alguma coisa contrária? É isso? Eu peço que a Presidência da Casa, no caso de maiores manifestações que venham a atrapalhar minha fala, proceda como fazemos quando a Galeria interrompe qualquer vereador. **Não serei interrompida, não aturo interrupção dos vereadores desta Casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita Presidente da Comissão da Mulher nesta Casa.** A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vereadora Marielle, gostaria de pedir desculpas a Vossa Excelência porque eu estava um pouco distraída, mas eu não ouvi a manifestação do cidadão. Por favor, eu gostaria que os seguranças ficassem de olho e atentassem, por favor. A SRA. MARIELLE FRANCO – Obrigada, Presidenta Tânia. Até porque sabemos que, infelizmente, não é a primeira nem será a última vez que esses casos... Não será a última nem a primeira vez, mas o embate, para quem vem da favela, e minha fala estava falando da violência contra as mulheres, nesses 20 minutos... **Nós somos violadas e violentadas há muito tempo, em muitos momentos.** Nesse período, por exemplo, em que a intervenção federal se concretiza na intervenção militar, eu quero saber como ficam as mães e os familiares das crianças revistadas. Como ficam as médicas que não podem trabalhar nos postos de saúde? Como ficam as mulheres que não têm acesso à cidade? Essas mulheres são muitas. São mulheres negras, lésbicas, trans e camponesas. São mulheres que constroem esta Cidade onde diversos relatórios, queiram os senhores ou não, apresentam a centralidade e a força delas, mas apresentam também os números. O “The Intercept” publicou o dossiê de lesbocídio. No ano de 2017, houve uma lésbica assassinada por semana. **Lesbocídio é um conceito que as mulheres lésbicas estão cunhando, assim como nós avançamos no debate com relação ao homicídio praticado contra mulheres, que se constituiu no feminicídio.** Esses dados mostram a realidade absurda que, sim, vitima a nossa diversidade. As mulheres negras, por exemplo, quando passam na rua, ainda ouvem homens que têm a ousadia de falar do quadril largo, das nádegas grandes, do corpo, como

se a gente estivesse no período de escravidão. Não estamos, querido! Nós estamos no processo democrático! **Vai ter que aturar mulher negra, trans, lésbica, ocupando a diversidade dos espaços.** Para quem gosta do porte de armas, por exemplo, que faz alusão a militarismo e tem a audácia de vir querer gritar, no processo da república democrática, hoje, nós rejeitamos nesta Casa o que poderia ser processo de armamento. Outros municípios negaram. Não tem eco. Nem a Polícia Militar hoje está preparada para utilizar armas de fogo. Para contextualizar, alguém viu o que aconteceu na Praça São Salvador ontem? Pois é. Felizmente, os guardas municipais que estavam lá, que não estavam armados, correram para se proteger assim como todos os outros cidadãos. Se tivessem sacado armas de fogo, certamente teriam sido assassinados e perderíamos mais vidas dos servidores públicos da Cidade do Rio de Janeiro. É por isso que homens e mulheres que pensam no processo democrático são contrários ao que pode vitimar ainda mais a população da Cidade do Rio de Janeiro, contrária a esse armamento. Em tempo de violência e de negação de direito, ter mais armas vai ser uma retirada de direitos. A saída é ter condições dignas de trabalho para esses trabalhadores e trabalhadoras. É por essas e outras, vários motivos, que a gente defende, sim, a presença de mais mulheres. Quero saudar a presença da Vereadora Rosa Fernandes, uma referência. Por mais que tenhamos divergências, diferença de partido, é uma mulher que me acolheu. Ela me recebe e trata com o respeito devido. A Vereadora Tânia Bastos falou novamente. Fico feliz de ter me citado, cedo, quando a gente fala das mulheres na política. **O movimento que nós fizemos por mais mulheres nos espaços de decisão é para que as políticas públicas entendam o porquê de um vagão necessário em tempos de assédio.** É para que nós possamos falar de mobilidade a partir da perspectiva de gênero. É para que a gente possa falar de economia solidária. Saúdo a presença da Edjane, da Cristina, da Juliana, da Simone, das mulheres que aqui estão, da Renata Stuart; enfim, do meu corpo de assessoria – das mulheres que constroem este mandato e que elaboram essa política com afeto. O mandato é composto 80% de mulheres, porque a gente entende que o lema “**Uma mulher sobe e puxa a outra**” precisa ser concretizado. Uma escritora de que gosto muito, Chimamanda, fala que isso só vai ser alterado se as mulheres que estão no espaço de poder de fato trouxerem, derem o pé, abraçarem, acolherem, construírem com outras mulheres. Se este Parlamento é formado apenas por 10%, 13% de mulheres, nós somos a maioria nas ruas. E sendo a maioria nas ruas, somos a força exigindo a dignidade e o respeito das identidades. Infelizmente, o que está colocado aí nos vitima ainda mais. O lema deste ano – daqui a pouco estaremos na Candelária –, um dos lemas que a gente coloca de valorização da vida das mulheres é quando as mulheres internacionalistas falam, quando param nas greves internacionais, é quando as mulheres falam: “sim, nós somos diversas, mas não estamos dispersas”. Estamos construindo uma sociedade que, de fato, sendo a base da pirâmide, constrói esta cidade, da

mesma forma que a maestrina Chiquinha Gonzaga construiu. Daqui a pouco, no final do dia, nós, parlamentares, e nós, mulheres, estaremos felicitando aqui, com a Medalha Chiquinha Gonzaga, a Dida. Uma mulher que faz política com afeto, que faz gastronomia, que organiza o lugar de resistência na Praça da Bandeira, esse lugar de encontros das potentes mulheres negras, de resistência – Dida Bar. Pra encerrar, gostaria de reforçar e dizer das mulheres negras que são nossas referências. Quero citar Audre Lorde, mulher negra, lésbica, escritora de origem caribenha, mas dos Estados Unidos. Feminista e ativista pelos direitos civis. **“Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas. Por isso, nós vamos juntas, lutando contra toda forma de opressão”**. Há uma diversidade de lutas na pauta pela vida das mulheres, na pauta pela legalização do aborto, na pauta pela luta das maternidades, na cultura, no empreendedorismo, pelas mulheres da Zona Oeste. E acho que é fundamental agradecer, neste final, nominalmente a: Elaine, Júlia, Vitória, Mônica, Fernanda, Fabíola, Mariana, Lana, Rossana, Priscila, Renata, Iara, Bruna, Rogéria, Natália e Luna. Às mulheres que constroem esta história, que estão junto comigo. Vamos que vamos! Agradeço à Presidente, Vereadora Tânia Bastos⁵³.

Reivindicaremos, encaminharemos políticas públicas em diferentes campos, para além do discurso liberal e vazio de igualdade, promovido pelos organismos internacionais e encampado acriticamente pelo capitalismo no qual tudo e todas viramos mercadorias a sermos negociadas, produtos a sermos consumidas. Para além da propagação do discurso da igualdade, das campanhas pelo fim da violência, promovido acriticamente por recomendações das Nações Unidas, concordo com Silvia Federici (2019, p. 139) quando ela afirma que outras formas de violência que se coadunam com o atual estágio do desenvolvimento do capital internacional, continuam em curso. A fome, a nova divisão internacional do trabalho, que coloca trabalhadoras dos países em desenvolvimento em regime de semiescravidão; o discurso por vezes vazio do empreendedorismo que visa acobertar o desemprego; a contínua exploração e privatização de terras, que expulsa e mata mulheres trabalhadoras do campo, indígenas e imigrantes. Assim, ratificando o discurso de Marielle “[...] fica explícito que qualquer projeto feminista exclusivamente implicado com a discriminação sexual, sem situar a ‘feminização da pobreza’ no contexto do avanço das relações capitalistas, estará condenado à irrelevância e à cooptação” (IDEM, p. 151).

53 Grifos meus. Discurso disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.ns-f/5d50d39bd976391b83256536006a2502/cd266fdef87ea5fc8325824a006d079d?OpenDocument#:~:text=N%C3%A3o%20serei%20interrompida%2C%20n%C3%A3o%20aturo,Comiss%C3%A3o%20da%20Mulher%20nesta%20Casa.>> Acesso em: 03.jun.2021.

Há que se lutar pela substância da igualdade e da liberdade, bem como disputar seus discursos, os espaços de poder onde são elaborados e difundidos, hoje protagonizados pelos governos neoliberais conservadores e reacionários, que abundam em nossos parlamentos e nas cadeiras do executivo, tanto no âmbito federal, quanto nos estaduais e municipais. Há que se lutar pela memória. Nós, mulheres, devemos nos valer do nosso lugar de fala, duramente conquistado, sempre questionado e duramente atacado. Como bem disse Simone de Beauvoir (1970), basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Por tal razão é urgente e necessária a advertência de Manuela D’Ávila (2019, p. 155): “Você pode ser feminista de muitos jeitos. O mais importante é que você se reconheça nessa luta e que entenda que lutamos por amor e liberdade por todas as meninas, por todas as mulheres, por toda humanidade”.

Eles não terão trégua, não nos farão retroceder, não daremos passo algum para trás. Como a música veio alinhavando meu discurso até aqui, finalizarei com alguns versos da música “Não sou obrigada”⁵⁴, que, como muitos *hits* que dialogam com as novas gerações, trata do empoderamento feminino, trazendo para o centro do debate nossa autonomia, a liberdade dos nossos atos, do uso do corpo e da expressão da nossa sexualidade:

Ah, tá bom, agora quer mandar em mim/ Coitadin’, não passa de um contatin’/
Abaixa o tom, respeita a mamãe aqui/ Olha ele todo, todo se achando, ‘tá metendo o louco/
Daqui a pouco eu vou/ fazer que nem eu fiz com o outro/ Se quando eu danço te incomoda, amor, eu acho é pouco/ Ai, que ranço!/
Deixa eu te lembrar que eu não sou obrigada a nada/ Ninguém manda nessa raba/ Uma bunda dessa não nasceu pra ser mandada/ Ninguém manda nessa raba [...]

54 Composição de Andre Luiz De Souza Vieira / Pedro Henrique Breder Rodrigues / Wallace Alexandre Dos Santos Cruz; cantada por Pocah.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A.CRÍTICA.COM. Jovem de 18 anos foi esquartejada por se recusar a fazer sexo com um traficante. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/jovem-de-18-anos-foi-esquartejada-por-se-recusar-a-fazer-sexo-com-um-traficante-e-outras-seis-pessoas>>. Acesso em: 23.mai.2021.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? In: *Portal Geledes*. 08.set.2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>>. Acesso em: 12.fev.2021.

ALMEIDA, Tania Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. In: *Revista Sociedade e Estado*. V. 29, N. 2 Maio/Agosto 2014. p. 329-340. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/kgLZ-C96bvR5L8KmC7SmXZCf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 29.mai.2021.

ANDRADE, Ranyelle. Entenda o que é e como funciona o movimento black money. In: *Metropoles*. [2020]. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/entenda-o-que-e-o-como-funciona-o-movimento-black-money>>. Acesso em: 02.jun.2021.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Nota pública da ANTRA em apoio a vereadora Lins Robalo. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/noticias/>>. Acesso em: 01.jun.2021.

ARENDT, Hannah. *Eichmman em Jerusalém*: Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

ATLAS BRASIL. Perfil dos municípios. [2013] Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/330490>>. Acesso em: 12.set.2020.

A TRIBUNA. 1. Pulou ou foi jogada do prédio. Perícia: Regina foi jogada do 14º andar. Niterói, 29/01/1975a. (Arquivo da autora).

A TRIBUNA. Promotor acompanha inquérito que apura morte de Regina. Promotor vai acompanhar caso da morte de Regina. Niterói, 31/01/1975b. (Arquivo da autora).

AZMINA. Na pandemia 3 mulheres foram vítimas de feminicídio por dia. [2021] Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-por-dia/>> Acesso em: 2.jun.2021.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 1. Fatos e Mitos. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1970.

BOSCO, Natália e SOUZA, Carinne. Maioria dos feminicídios acontece dentro de casa, indica IBGE. In: *Correio Brasiliense*. [2021] Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/03/4910192-maioria-dos-feminicidios-acontece-dentro-de-casa-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 30.mai.2021.

BURIGO, Joanna. Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca. *Carta Capital*, 20 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opinioao/em-meio-a-crise-o-patriarcado-contra-ataca/>>. Acesso em 12 fev. 2021.

BURIGO, Joanna. Maternidade é pauta central do feminismo. *Carta Capital*, 14 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opinioao/maternidade-e-pauta-central-do-feminismo-2/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BURIGO, Joanna. *Cartilha Laudelina de Campos Melo*. Rio Grande do Sul: Emancipa Mulher, 2020. Disponível em: <<https://lucianagenro.com.br/wp-content/uploads/2020/08/CARTILHA-LAUDELINA-DE-CAMPOS-MELO.pdf>>. Acesso em: 12.mai.2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, Leonardo Rodrigo; VENEGAS, Soraya. Uma história a ser contada: jornais locais com distribuição gratuita em Niterói. Entre a comunidade e o mercado. In: *UFRGS. Encontro Nacional de História da Mídia*. Ouro Preto: UFOP, p. 1-15. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/uma-historia-a-ser-contada-jornais-locais-com-distribuicao-gratuita-em-niteroi-entre-a-comunidade-e-o-mercado>>. Acesso em: 13.mai.2021.

CAMPOS, Veridiana Parahyba. Beleza, feminilidade e reflexividade: um estudo sobre a estruturação agência-estruturada por mulheres intelectuais. Dissertação [Mestrado]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, 2010.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? In: *Cad. Saúde Pública*, n. 36 (Suppl 1), 2020, p. 1- 13. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5x-DY9yhTx5qHk5RrL/?lang=pt>>. Acesso em: 02.jun.2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS OCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CATRACA LIVRE. Ministro Waintraub aproveita dia da mulher para zombar de menstruação. [2020]. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/ministro-waintraub-aproveita-dia-da-mulher-para-zombar-de-menstruacao/>>. Acesso em: 30.mai.2021.

CPDOC/FVG. *O Fluminense*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>>. Acesso em: 18.mai.2021.

CRAVEN, Sara. *Estranha aventura*. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1977. Coleção Sabrina, n. 5. Disponível em: <https://www.adororomances.com.br/arromances.php?cod=571&Estranha-Aventura&Sara-Craven>. Acesso em: 28.mai.2021.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Reparação e memória. In: *Cad. AEL*, v.13, n.24/25, 2008. p. 18-33. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/download/2549/1959>>. Acesso em: 10.mai.2021.

D’ÁVILA, Manuela. *Por que lutamos?* Um livro sobre amor e liberdade. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

D’ÁVILA, Manuela. *E se fosse você?* Sobrevivendo às redes de ódio e fake News. Porto Alegre: Instituto e Se Fosse Você, 2020.

D’ÁVILA, Manuela. *Sempre foi sobre nós*. Relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto e Se Fosse Você, 2021.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário*. Notas sobre Marx, gênero e feminismo. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2021.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* 2020. [2020]. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: 2.jun.2021.

GALVÃO, Patricia. *Pagu: autobiografia precoce*. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

GARCIA, Maria Fernanda. Que país é esse? Brasil registra um estupro a cada 8 minutos. [2020] In: *Observatório do terceiro setor*. Disponível em: < <https://observatorio3setor.org.br/noticias/que-pais-e-esse-brasil-registra-um-estupro-a-cada-8-minutos/>>. Acesso em: 03.jun.2021.

GIORGI, Maria Cristina; ALMEIDA, Fabio Sampaio de e PAIVA, Maria Vitoria Silva. Mídia, raça e a construção do suspeito: análise discursiva de notícia da Folha de São Paulo. In: *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, vol. 12, n. 1, jan. – mar. 2018. p. 604-624.

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In. MADEL, Luz. *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOOKS, Bell. *El feminismo es para todo el mundo*. Tradução: Beatriz Esteban Agustí, Lina Tatiana Lozano Ruiz, Mayra Sofia Moreno, Maira Puertas Romo, Sara Vega González. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

IBGE. *Estimativas da população*. IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=3097>> Acesso em: 01.jun.2021

IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais (2a edição), 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em 23 jan. 2021.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria F.; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

LEMES, Luana Borges. *Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe*. Dissertação [mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História: Florianópolis, 2018.

LAURA, Ana. Adolescente de 15 anos é morta em Ananindeua; suspeita é de estupro coletivo. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/policia/adolescente-de-15-anos-e-morta-em-ananindeua-suspeita-e-de-estupro-coletivo-1.385627>>. Acesso em: 23.mai.2021.

LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro; GERALDI, Corinta Maria Grisolia e GERALDI, João Wanderley. O trabalho com narrativas na investigação em educação. *Educ. rev.* [online]. 2015, vol.31, n.1, p.17-44. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698130280>.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. *Revista Veja*, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

LOURENÇO, Tainá. Cresce em mais de 140% o número de procedimentos estéticos em jovens. In: *Jornal da USP*. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/cresceu-mais-de-140-o-numero-de-procedimentos-esteticos-em-jovens-nos-ultimos-dez-anos/#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20%C3%ADder%20mundial,at%C3%A9%2018%20anos%20de%20idade>>. Acesso em: 02.jun.2021.

LUCCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *As fontes históricas*: São Paulo: Contexto, 2008.

MARÇAL, Gabriela. Ação expõe letras de músicas brasileiras com referências a feminicídio e estupro. *O Estado de São Paulo*. [2018]. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,acao-expoem-letras-de-musicas-brasileiras-com-referencias-a-feminicidio-e-estupro,70002221768>>. Acesso em: 26.mai.2021.

MEIRELLES, Simone. *Romances com coração: leitura e edição de romances sentimentais no Brasil*. Tese [Doutorado]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras. 2008.

MENECHINI, Adriano. Suspensão condicional da pena. In: *DireitoNet*. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/401/Suspensao-condicional-da-pena>>. Acesso em: 29.mai.2021.

MESQUITA, Giuliana. Gordofobia ou pressão estética. In: *Revista Trip*. [2019]. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/gordofobia-pressao-estetica-body-shaming-entenda-a-diferenca-e-o-peso-deles-na-vida-das-mulheres>. Acesso em: 29.mai.2021.

O DIA. Possível matador da loura ainda está desaparecido. Mais depoimentos sobre a morte da securitária. *Sucursal O Dia*, Niterói, 31/01/1975a. (Arquivo da autora).

O DIA. Caso da jovem atirada do 14º andar. Suspeito da morte de Regina vai ser ouvido na delegacia. *Sucursal O Dia*, Niterói, 02/02/1975a. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Mulher foi jogada do 1403. Moça despenca do 14º andar do Ed. Central. Niterói, 28/01/1975a. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Regina morre por amor. Jorge fugiu. Delegado vê homicídio na tragédia de Regina. Niterói, 29/01/1975b. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Regina Célia, a morte gratuita. Diário aponta amores da morta Regina Célia. Niterói, 30/01/1975c. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Aqui, o fim dos segredos que Regina Célia guardou. Suspeito da morte de Regina Célia continua sumido. Niterói, 04/02/1975d. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Morte de Regina pode ser elucidada em 24h. Niterói, 17/02/1975e. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Regina Célia tem mistério maior e pode ser exumada. Exumação do corpo de Regina pode ser pedida. Niterói, 18/02/1975f. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Advogado não acredita que Regina se suicidou. Niterói, 20/02/1975g. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Promotor exige biquini de Regina em 24h. Niterói, 03/05/1975h. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Polícia continua perdida investigando o caso Regina. Niterói, 01/05/1975i. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Caso Regina: ofício para o secretário. Niterói, 04/05/1975j. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Exclusivo. Empresário se apresenta à polícia: - Não matei Regina Célia. Paes Leme se apresenta: - Eu nem vi Regina cair. Niterói, 26/06/1975k. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Regina, o mistério de uma queda. Niterói, 12/07/1975l. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Reconstituição de uma tragédia de amor. Niterói, 15/08/1975m. (Arquivo da autora).

O FLUMINENSE. Caso Regina Célia, mal investigado, é reaberto. Niterói, 12/04/1976.

OLIVEIRA, Viviane. Em cama ensanguentada, mulher é encontrada morta com marca de facada. In: *Campo Grande News*. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/em-cama-ensanguentada-mulher-e-encontrada-morta-com-marca-de-facada>. Acesso em: 23.mai.2021.

OLLIVEIRA, Cecília. Kathlen e seu bebê: mais duas vidas negras interrompidas no Brasil. In: *El país*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-09/kathlen-e-seu-bebe-mais-duas-vidas-negras-interrompidas-no-brasil.html#?sma=newsletter_brasil_dia-ria20210609>. Acesso em: 09.jun.2021.

O'REILLY, Andrea. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice*. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016.

PARDO, D. O chocante caso de abuso e morte de jovem de 16 anos que provoca indignação na Argentina. In: *BBC Mundo*. Buenos Aires. [2016]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37692722>. 2016. Acesso em: 23.mai.2021.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 239-260, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/CBwFBCqgdprcPL8x53x8bNz/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 13.mai.2021.

RAMÍREZ, Noelia. Autocuidado não era um creme. Foi um ato político de uma ativista negra e lésbica. In: *El País*. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-27/o-autocuidado-nao-era-um-creme-foi-popularizado-por-uma-ativista-negra-e-lesbica-como-ato-politico.html>>. Acesso em: 02.jun.2021.

RECORD. “Amor platônico”: homem mata filha, enteada e esposa e tenta se matar. In: *Cidade alerta*. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/recordtv-interior-sp/cidade-alerta/amor-platonico-homem-mata-filha-enteada-e-esposa-e-tenta-se-matar-04052021>>. Acesso em: 15.mai.2021.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2019.

ROCHA, Décio. Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem In: *Niterói*, n. 21, p. 355-372, 2. sem. 2006.

SANT’ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. *Mercosul em notícia: uma abordagem discursiva do mundo do trabalho*. 2000. 276 f. Tese [Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem] LAEL-PUC/SP, São Paulo, 2000.

SANTOS, Maria Eduarda Viana e LEITE, Jaligson Carlos Ferreira. Crimes passionais: quando o amor vira ódio, ele mata In: *Boletim Jurídico*. Uberaba/MG, a. 28, nº 1472 [2017]. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-penal/3710/crimes-passionais-quando-amor-vira-odio-ele-mata->>. Acesso em 27.mai.2021.

SILVA, Marielle Francisco. *UPP - A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. 2014. Mestrado [Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo]. UFF, Niterói, 2014.

SOUZA, Renata. *Cria da favela. Resistência à militarização da vida*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

STF, 2021. *Supremo Tribunal Federal proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio*. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1>>. Acesso em: 29.mai.2021.

TERRAIL, Jean Pierre. Transmissões intergeracionais. In: HIRATA, Helena (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

TOSTA, André Luiz Z.; DALTIO, Darcy A. O corpo educado e os corpos abandonados: gênero, educação, currículo e exclusão dos corpos sem consistência. In: RODRIGUES, Alexandre; BARRETO, Maria Aparecida S. C. (Orgs.). *Currículo, Gênero e Sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas*. Vitória: EdUFES, 2013. p. 217-231.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA, Anderson Luiz. Religiões afro e espiritismo: uma confusão frequente. In: *Portal do espiritismo* [2015]. Disponível em: <<https://espirito.org.br/artigos/religioes-afro-e-espiritismo/>>. Acesso em: 29.mai.2021.

SPRINGORA, Vanessa. O consentimento. Tradução por Maria Alice Araripe de Sampaio Doria. Campinas: Verus, 2021.

TIBURI, Marcia. O que é feminismo? In: *Cult/UOL*. [2015] Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-feminismo/>>. Acesso em: 14.mai.2021.

SOBRE A AUTORA

VIVIANE MERLIM MORAES

Possui graduação em Pedagogia (2000) e especialização em Educação Superior pela Universidade Federal Fluminense (2002). Concluiu em 2008 o curso de mestrado em Educação, e em janeiro de 2018 o curso de doutorado em Educação, ambos na Universidade já citada. Atualmente é professora adjunta no Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento da Faculdade de Educação da UFF, na área de conhecimento Organização do Trabalho na Escola, em regime de dedicação exclusiva. É pesquisadora do GRUPPE - Grupo de Políticas Públicas de Educação, do NUARTTE – Núcleo de Articulação do Trabalho Educativo, e do NEED – Núcleo de Estudos em Educação Democrática, todos vinculados à UFF. Tem experiência na área da educação, com ênfase em políticas públicas, orientação, supervisão, administração educacional.

www.arcoeditores.com

contato@arcoeditores.com

@arcoeditores

/arcoeditores

(55)99723-4952

ARCO
EDITORES

ISBN: 978-65-89949-48-0

CDL

9 786589 949480